



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E
TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO – GESTEC
MESTRADO PROFISSIONAL**



SILVIA CRISTINA PASSOS

**PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR NA ESCOLA BAHIANA DE
MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA:
Política de acesso ao ensino superior, organização político-administrativa e
práticas pedagógicas**

**Salvador
2019**

SILVIA CRISTINA PASSOS

**PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR NA ESCOLA BAHIANA DE
MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA:
Política de acesso ao ensino superior, organização político-administrativa e
práticas pedagógicas**

Relatório de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), vinculado ao Departamento de Educação (DEDC) – *Campus I*, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação.

Área de concentração: Gestão da Educação e Redes Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Henrique Conceição.

**Salvador
2019**

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

P289p

Passos, Silvia Cristina

Programa de Iniciação Científica Júnior na Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública: Política de acesso ao ensino superior, organização político-administrativa e práticas pedagógicas / Silvia Cristina Passos.-- Salvador, 2019.

98 fls : il.

Orientador(a): Sérgio Henrique Conceição.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC, Câmpus I. 2019.

1.Iniciação Científica Júnior . 2.Política de acesso ao ensino superior. 3.Organização político-administrativa . 4.Práticas pedagógicas. 5.Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública.

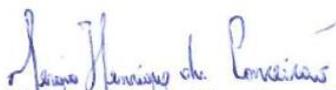
CDD: 507

FOLHA DE APROVAÇÃO

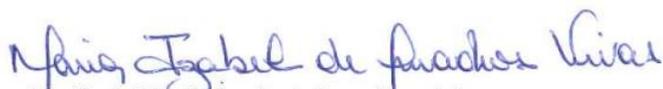
“PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR NA ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA (EBMSP): POLÍTICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR, ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS”

SÍLVIA CRISTINA PASSOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Scripto Sensu*) Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Área de Concentração I - Gestão da Educação e Redes Sociais, em 26 de agosto de 2019, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Prof. Dr. Sérgio Henrique Conceição
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia – UNEB



Prof.ª Dr.ª Maria Izabel Quadros Vivas
Secretaria Municipal de Educação do Salvador – SMED
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia – UNEB



Prof.ª Dr.ª Lidia Boaventura Pimenta
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Dedico aos meus pais, Cyro Borges Passos e Any Aguiar Passos, meus irmãos, Eduardo Luís Passos, Maria Ester Passos, Cristiane Passos, meus sobrinhos, Eduardo Leite Passos, Daniel Leite Passos e Rafaele Passos, por todo o amor e incentivo para a realização dessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Sérgio Henrique Conceição, pelo generoso ato de compartilhar conhecimento e pela compreensão com que conduziu o processo de orientação deste estudo.

À Reitora da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, professora Maria Luísa Solliani, pela prontidão e confiança na disponibilização do lócus da pesquisa.

À Pró-Reitora de Ensino de Graduação e Pós-Graduação Lato sensu da EBMSP, professora Maria de Lourdes de Freitas Gomes, pelo incentivo constante para concretização deste estudo.

Ao Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação Stricto Sensu, professor Atson Fernandes, meu atual gestor, pela confiança e por acreditar na execução do PIBIC Jr. nos programas de mestrados e doutorado

Aos coordenadores dos cursos stricto sensu, pela amizade, incentivo e parceria para realização do PIBIC Jr.

À querida Taise Caires, analista da pós-graduação stricto sensu, pela amizade e colaboração em todos os momentos dessa jornada.

A minha família, pela compreensão e apoio em todas as etapas desta caminhada.

À minha querida amiga Maria Izabel de Quadros Vivas, por toda a amizade, pelo carinho, escuta e conselhos durante este percurso.

A todos os meus queridos e queridas amigos(as) que incentivaram e me apoiaram nessa trajetória e, por fim, a todos e todas que trabalham na EBMSP e fazem parte desta pesquisa. Meus mais sinceros agradecimentos.

“E é uma imoralidade, para mim, que se sobreponha, como se vem fazendo, aos interesses radicalmente humanos, os do mercado. Continuo bem aberto à advertência de Marx, a da necessidade necessária de radicalidade que me faz sempre desperto a tudo o que diz respeito à defesa dos interesses humanos. Interesses superiores aos de puros grupos ou de classes de gente. Ao reconhecer que, precisamente porque nos tornamos seres capazes de observar, de comparar, de avaliar, de escolher, de decidir, de intervir, de romper, de optar, nos fizemos seres éticos e se abriu para nós a probabilidade de transgredir a ética, jamais poderia aceitar a transgressão como um direito mas como uma possibilidade. Possibilidade contra o que devemos lutar e não diante da qual cruzar os braços. O que quero repetir, com força, é que nada justifica a minimização dos seres humanos, no caso das maiorias compostas pelas minorias que não percebem ainda que juntas seriam a maioria. Não junto a minha voz à dos que, falando em paz, pedem aos oprimidos, aos esfarrapados do mundo, a sua resignação. Minha voz tem outra semântica, tem outra música. Falo da resistência, da indignação, da ‘justa ira’ dos traídos e enganados. Do seu direito e do seu dever de rebelar-se contra as transgressões éticas de que são vítimas cada vez mais sofridas.”

(FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, 1996.)

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo elaborar diretrizes destinadas a um plano de gestão de monitoramento do Programa de Iniciação Científica Júnior (PIBIC Jr.), realizado na Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP). O PIBIC Jr., no Brasil, faz parte de uma ação governamental para favorecer a aproximação dos jovens do ensino médio de escolas públicas com o universo científico e para estimular o acesso ao ensino superior, mediante políticas públicas estabelecidas pelo Ministério da Educação. Por se tratar de pesquisa baseada na abordagem metodológica da Bricolagem, na perspectiva de Kincheloe (2007), que considera e respeita os diversos olhares e experiências que permeiam a sociedade multicultural contemporânea, optou-se pelos estudos bibliográfico e documental visando à análise multirreferencial que compõe as perspectivas políticas, organizacionais e pedagógicas do PIBIC Jr., programa implementado a partir de 2010 no lócus da pesquisa. Buscaram-se neste estudo elementos para evidenciar a complexidade da gestão universitária, bem como nos aspectos que interligam a sua missão para o bem-estar social, por meio de um arcabouço teórico que fundamentou a elaboração do produto deste trabalho, fazendo uso dos seguintes autores: Bourdieu (2002), na análise dos fatores econômicos e como isso interfere no fazer universitário; Boaventura Souza Santos (2005; 2011), sobre o olhar diferenciado para as questões relacionadas ao acesso do ensino superior; Beno Sander (2007), relativo à perspectiva complexa da gestão dos estabelecimentos de ensino; Chiavenato (2003), para contemplar a Teoria da Administração; Ana Maria Eyng e Maria Lourdes Gisi (2007), com o intuito de abordar as políticas e gestão da educação superior. Os achados da pesquisa evidenciaram a evolução dos processos de gestão do PIBIC Jr. na Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública e mostraram a necessidade do acompanhamento dos egressos desse programa para saber em que medida tal ação contribui para o acesso ao ensino superior, tal como a importância das diretrizes para o Plano de Gestão do PIBIC Jr., haja vista que experiências como essas vivenciadas na EBMSP podem promover outras iniciativas semelhantes em diferentes instituições de ensino superior, o que favorecerá a aproximação da população mais carente ao universo acadêmico.

Palavras-chave: Ensino Médio. Educação Superior. Iniciação Científica. Gestão Universitária. Política de Acesso ao Ensino Superior.

ABSTRACT

This study aimed to develop guidelines for a management plan in order to strengthen and monitor the Junior Scientific Initiation Program (PIBIC Jr. in the Brazilian Portuguese acronym) at the Bahiana School of Medicine and Public Health (EBMSP). In Brazil, the PIBIC Jr. is part of a government policy from the Brazilian Ministry of Education that seeks to improve the access of public school students to academic activities and higher education. The development of the guidelines was based on the methodological approach of 'Bricolagem', from the perspective of Kincheloe (2007), which considers the different views and experiences that permeate a contemporary multicultural society. Due to this methodological choice, we opted to conduct a bibliographic and documentary research, aiming at a multi-referential analysis that takes into account the political, organizational and pedagogical perspectives about the PIBIC Jr., a program implemented at the EBMSP in 2010. We searched for aspects that could highlight the complexity of the university's management, as well as the issues that link its mission to social welfare. We develop a theoretical framework using the following authors: Bourdieu (2002), for the analysis of economic factors and how it affects the university practices; Boaventura Souza Santos (2005; 2011), on the issues related to access to higher education; Beno Sander (2007), concerning the complex view of education management; Chiavenato (2003), to contemplate a Theory of Administration; Ana Maria Eyng and Maria Lourdes Gisi (2007), to approach the policies and management of higher education. The documental research showed an evolution of PIBIC Jr. management processes at the EBMSP, and the guidelines for the management plan were organized in three dimensions: political, organizational and pedagogical. Furthermore, we identified a need to follow-up the students who were part of this program in order to understand to what extent this program is contributing to increase access to higher education, as well as the importance of the guidelines for the management plan for the PIBIC Jr. experience. Programs like the PIBIC Jr. at the EBMSP could contribute to promote the development of similar programs in other higher education institutions, leading to a better access of the vulnerable population to the academic universe.

Keywords: High School. Higher Education. Scientific Initiation. Higher Education Management. Access to Higher Education Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Órgãos de Fomento para Iniciação Científica – Educação Básica.....	18
Figura 2 – Articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão no Ensino Superior	25
Figura 3 – Inter-relação da Missão Universitária	42
Figura 4 – Organograma da Fundação Bahiana para o Desenvolvimento das Ciências e Organograma da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública.	59
Figura 5 – Articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão na EBMSP.....	60
Figura 6 – Desenho Metodológico da Pesquisa	66
Figura 7 – Gráfico: Bolsas PIBIC Jr. EBMSP 2010- 2018	73
Figura 8 – Linha de tempo PIBIC Jr. na EBMSP.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – PIBIC Jr. 2010: Relação dos Projetos Programa IC – Júnior para Cotas da EBMS/FAPE/CPQ – Vigência a partir de março de 2010.....	70
Tabela 2 – Relação dos Projetos Programa IC-Júnior para Cotas da EBMS/FAPE/CPQ	71
Tabela 3 – Projetos PIBIC Jr. – 2017	75
Tabela 4 – Projetos PIBIC Jr. – 2018	75

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BSC	<i>Based Score Card</i>
Cafe	Comunidade Acadêmica Federada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDETE	Centro de Tecnologias Educacionais
CJCC	Centros Juvenis de Ciência e Cultura
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico
EBMSP	Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
FAP	Fundações de Amparo à Pesquisa
FBDC	Fundação Bahiana para Desenvolvimento das Ciências
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FINEP	Fundo Nacional de Investimentos em Pesquisa
FNDE	Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
GESTEC	Gestão em Tecnologias Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NICTEC	Núcleo de Iniciação Científica e Tecnológica
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PET	Programas de Educação Tutorial
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional,
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIBIC	Programa de Iniciação Científica
PIBIC Jr.	Programa de Bolsas de Iniciação Científica Júnior
PIBIC-EM	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
ProUni	Programa Universidade para Todos

Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RNP	Rede Nacional de Pesquisa
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TGA	Teoria Geral da Administração
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
USJT	Universidade São Judas Tadeu

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA DA PESQUISA.....	26
1.2 OBJETIVOS	26
1.2.1 Geral	26
1.2.2 Objetivos Específicos	26
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	29
2.1 GESTÃO EDUCACIONAL DO ENSINO SUPERIOR	29
2.1.1 Missão Universitária	38
2.2. O ENSINO MÉDIO	45
2.3 POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR.....	48
2.4 O PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JR.....	53
2.5 A ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE HUMANA – LÓCUS DA PESQUISA.....	55
2.5.1 Lócus da Pesquisa	58
3 METODOLOGIA	62
3.1 NATUREZA DA PESQUISA	62
3.2 ABORDAGEM	64
3.3 DESENHO DO PERCURSO METODOLÓGICO.....	66
4 RESULTADOS OBTIDOS	69
4.1 RESULTADOS OBTIDOS SOB A PERSPECTIVA DA CATEGORIA POLÍTICA..	69
4.2 RESULTADOS OBTIDOS SOB A PERSPECTIVA DA CATEGORIA ORGANIZACIONAL.....	76
4.3 RESULTADOS OBTIDOS SOB A PERSPECTIVA PEDAGÓGICA	81
5 DIRETRIZES / PLANO DE GESTÃO DO PIBIC JR. – PRODUTO	84
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	90
ANEXOS	94
Anexo A – Carta de Anuência da EBMSP	94
Anexo B – Termo de Concessão de acesso aos documentos - EBMSP	95
Anexo C – Termos de Cooperação EBMSP e Secretaria de Educação do Estado da Bahia	96

1 INTRODUÇÃO

Este estudo, situado no contexto do Programa de Pós-Graduação em Gestão em Tecnologias Educacionais (GESTEC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), tem como escopo a articulação entre a educação básica e o ensino superior na Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP).

O foco desta pesquisa são as políticas de acesso ao ensino superior por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) e do Programa de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (PIBIC Jr.), considerando a execução desses programas na Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Salienta-se que os objetivos do PIBIC-EM são estabelecidos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e visam fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, além de desenvolver atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes. Já o PIBIC Jr. faz parte das políticas estaduais atreladas às variadas fundações de fomento à pesquisa, no caso do estado da Bahia, junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Vale esclarecer que na EBMSP esse programa é registrado como Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica Júnior.

Para entender as políticas de acesso ao ensino superior, é necessário contextualizar as Políticas Públicas Educacionais. Segundo Marshal e Peters (1999), a análise de tais políticas está atrelada às ciências sociais, portanto, não se pode pensar sobre o processo educacional e suas políticas sem estabelecer uma relação com essas ciências, tendo em vista que o processo educacional envolve as questões sociais estabelecidas por concepções de formação de valores, ideologias e de poder próprias para a estruturação de um Estado.

Assim, considerando tal relação, constata-se que a Política Pública Educacional do Estado da Bahia está ancorada nas bases que regem o sistema educacional brasileiro e no seu principal marco regulatório, a Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – a qual afirma, no art. 2º, *caput*, que: “a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, e tem por finalidade

o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Segundo Cury (2002), ao considerar a formação para cidadania, voltamos nosso olhar para as políticas de acesso ao ensino superior que apresentam como fundamento a redução das desigualdades no acesso a essa etapa do sistema educacional brasileiro. No entanto, constatamos que essas políticas têm outro importante objetivo, que é o alcance da equidade no acesso ao mercado de trabalho. Trata-se de proporcionar à população carente do país a oportunidade não apenas de ter uma profissão, mas também de exercê-la.

Para que se possa compreender o ensino superior, é necessário fundamentá-lo e contextualizá-lo nos aspectos preconizados na legislação educacional, aqui referenciada pela própria LDB, a qual dispõe que a educação superior tem por finalidade:

Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; *formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento*, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; *incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica*, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e *da criação e difusão da cultura*, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; *promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos* que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; *promover a extensão*, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (BRASIL, 1996, art. 43, *caput*).

A legislação educacional brasileira, como se pode constatar, é fundamentada nos aspectos ligados ao ensino, através da cultura e desenvolvimento da sociedade, bem como nos aspectos extensionistas que rompem com os muros das instituições de ensino e partem para as atividades sociais abertas à população, difundindo o conhecimento adquirido no âmbito das pesquisas realizadas para o desenvolvimento das ciências e tecnologias. Assim, se cumprem as atividades destinadas ao ensino superior, sendo necessário, entretanto, compreender que, de acordo com a organização e suas prerrogativas acadêmicas, as instituições de ensino superior serão credenciadas para oferta de cursos superiores de graduação como: universidade, centro universitário e faculdade, conforme publicado pelo Ministério da Educação (MEC) no Decreto nº. 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de

educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

As instituições são credenciadas originalmente como faculdades, estas sem autonomia para criação de cursos e dependentes da autorização do MEC para ofertar novos cursos de graduação. Já o credenciamento como universidade ou centro universitário abrange as prerrogativas de autonomia.

Segundo texto publicado pelo MEC, no Decreto nº. 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. Já os centros universitários são pluricurriculares, podem abranger uma ou mais áreas do conhecimento. Vale salientar que essa instituição tem autonomia para criar, organizar e extinguir cursos de educação superior.

No âmbito do ensino superior, esta pesquisa busca evidenciar e compreender o processo de sistematização político-normativa para o desenvolvimento da tríade do ensino, pesquisa e extensão no âmbito da iniciação científica aqui pautada no PIBIC-EM e PIBIC Jr., de maneira a ser possível colaborar com os avanços nos estudos das Políticas Públicas Educacionais de acesso ao ensino superior e seus possíveis desdobramentos realizados a partir de um programa de iniciação científica para estudantes do ensino médio do Estado da Bahia. Salienta-se adoção do termo PIBIC Jr. da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, considerando que as bolsas concedidas são pagas pela própria instituição, mas estão fundamentadas nos princípios e objetivos que norteiam o PIBIC-EM.

A abordagem do PIBIC Jr., realizado no âmbito da EBMSp, é concretizada inicialmente em 2010, mediante o Acordo de Cooperação Técnica, firmado entre a FAPESB e a Fundação Bahiana para Desenvolvimento das Ciências/ Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSp), por meio do qual as bolsas eram custeadas pela Fundação de Amparo da Bahia e foram ofertadas durante os anos de 2010 e 2011. Com a suspensão do pagamento das bolsas pela FAPESB em 2012, a EBMSp ficou sem ofertar o PIBIC Jr. até 2017. Durante o período de ausência da oferta do programa, a instituição sempre manteve latente o intuito de retomar a atividade, e para isso conduziu estudos que culminaram na assinatura do Termo de Cooperação Técnico-Científica e Cultural nº. 075/2016, Processo nº. 0069353-8/2016, tendo como partícipes o Estado da Bahia, representado pela Secretaria da Educação e a

Fundação Bahiana para Desenvolvimento das Ciências – FBDC, que subsidia a atividades desenvolvidas pela EBMSp.

O termo assinado visa selecionar jovens do ensino médio matriculados no Centro Juvenil de Ciência e Cultura de Salvador, e consiste em: “ações de educação e promoção em saúde junto a estudantes e funcionários do Centro Juvenil de Ciências e Cultura, na cidade de Salvador, desenvolvidas por professores, alunos e ligas acadêmicas dos diversos cursos da EBMSp, parceria na troca de conhecimentos, elaboração de games, material didático, estratégias pedagógicas, tecnologias e inovações voltada para a formação integral dos jovens, com vigência de prazo indeterminado”.

Para melhor compreender o objeto de estudo, é necessário contextualizar os Centros Juvenis de Ciência e Cultura (CJCC), que são uma iniciativa da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, institucionalizados pelo Decreto nº. 12.829 de 04 de maio de 2011 do Governo do Estado da Bahia. Seu objetivo é ampliar a jornada escolar, abrangendo a educação integral e trabalhando numa perspectiva multirreferencial do currículo, a fim de possibilitar o desenvolvimento de atividades de forma lúdica, em ambientes interativos. Os CJCCs contam atualmente, com cinco unidades distribuídas nos seguintes municípios do estado: Salvador, Barreiras, Senhor do Bonfim e Vitória da Conquista.

Os CJCCs têm uma função essencial na gestão dos processos seletivos para que os estudantes do ensino médio participem do PIBIC Jr. na EBMSp, haja vista que os jovens precisam estar regularmente matriculados em escolas públicas, cursando o primeiro ou segundo ano do ensino médio, além de frequentarem as atividades realizadas no CJCC de Salvador, localizado no bairro de Nazaré, no Colégio Estadual da Bahia – Central.

A coordenação do CJCC é responsável por abrir edital para seleção dos jovens e participar do monitoramento das atividades realizadas na EBMSp. Vale ressaltar que os jovens participantes não podem ter média inferior a sete nos componentes curriculares cursados na escola, além de passarem por entrevistas para poder ingressar no programa.

Atualmente participam desta seleção o coordenador geral do CJCC, representante da Secretaria de Educação do Estado da Bahia e os coordenadores e professores que trabalham na gestão in loco do Centro Juvenil no Colégio Estadual da Bahia – Central.

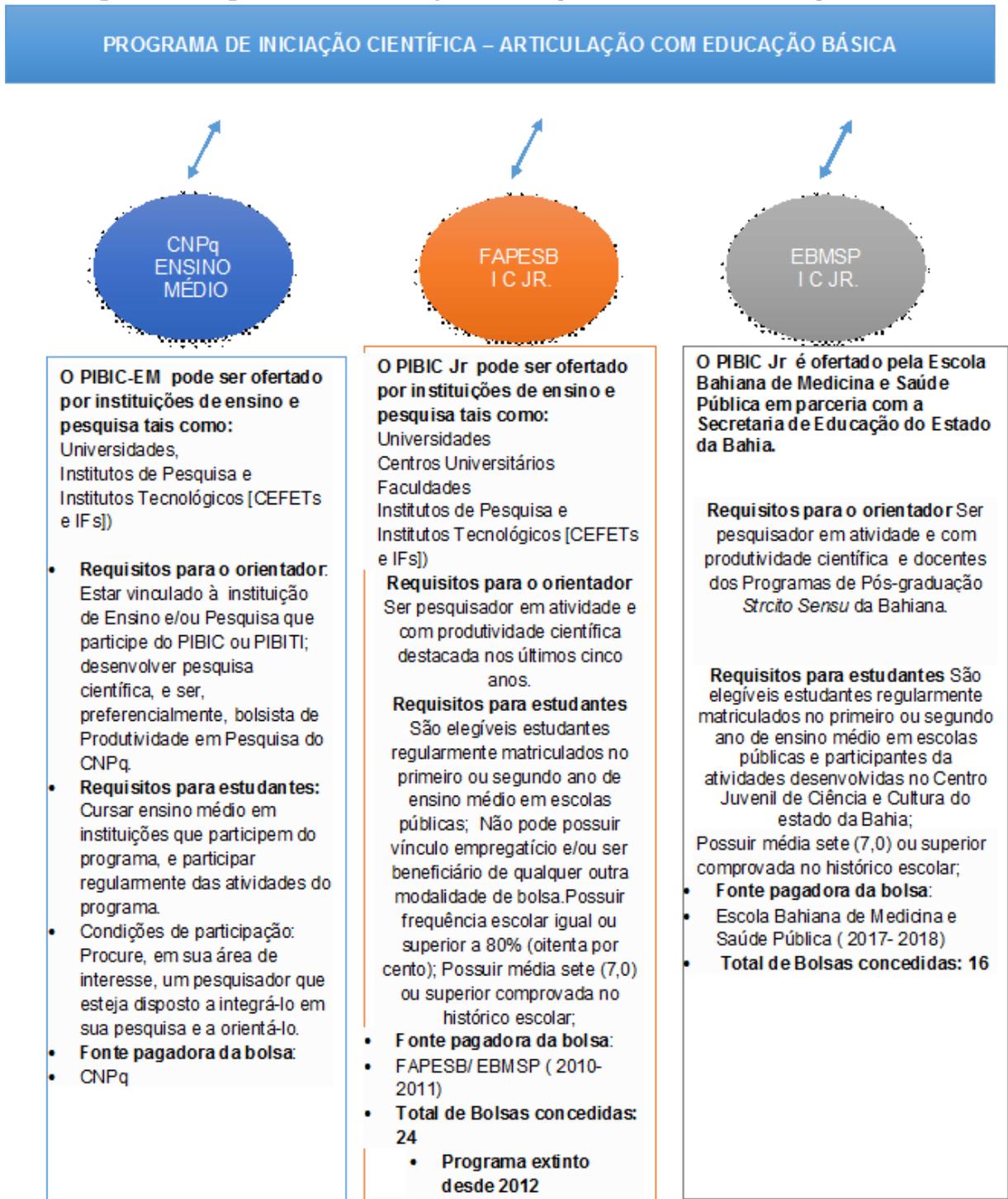
Seguindo os requisitos estabelecidos para este estudo e os princípios que norteiam o PIBIC Jr., realizados na EBMSp, salientamos que o modelo estabelecido para nortear as ações gerenciais desse programa, na Bahiana, é o PIBIC-EM, o qual faz parte das políticas federais de acesso ao ensino superior e está organizado para ser realizado nas instituições de ensino e pesquisa (universidades, institutos de pesquisa e institutos tecnológicos) que tiverem PIBIC e/ou PIBITI (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) institucionalizados por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em respeito ao Decreto nº. 4.728 de 9 de junho de 2003, instituído pela Resolução Normativa 017/2006 do CNPq. Todos esses programas visam à aproximação da educação básica com o ensino superior, considerando que a realização das atividades relacionadas às pesquisas pode estimular o ingresso desses participantes no contexto universitário, voltado para o desenvolvimento do conhecimento científico e profissional.

Assim, é necessária a compreensão da finalidade do PIBIC-EM para a educação científica, que integra os estudantes das escolas de nível médio, públicas, do ensino regular, escolas militares, escolas técnicas ou escolas privadas de aplicação. As instituições de ensino superior e pesquisa são responsáveis pelas cotas de bolsas de iniciação científica para o ensino médio, concedidas pelo CNPq, e cabe a elas pleitear uma cota de bolsas junto ao Conselho supracitado.

Para oferta das bolsas, o CNPq estabeleceu os seguintes requisitos para as IES: o orientador deve estar vinculado à instituição de ensino e/ou pesquisa que participe do PIBIC ou PIBITI; precisa desenvolver pesquisa científica; e, preferencialmente, ser bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

No âmbito do PIBIC Jr., observa-se a política estadual de apoio ao incentivo à produção científica para jovens matriculados no ensino médio das escolas públicas do estado, cujos fomentos são similares ao PIBIC-EM. A Figura 01 exemplifica a dinâmica da iniciação científica voltada para jovens do ensino médio.

Figura 1 – Órgãos de Fomento para Iniciação Científica – Educação Básica



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A Figura 1 demonstra como os programas de iniciação científica estabelecem os critérios para a participação dos jovens do ensino médio, além do fortalecimento ao incentivo, o desenvolvimento das pesquisas e o ingresso no ensino superior. Vale

salientar que tais programas buscam fortalecer as políticas governamentais de acesso à educação universitária às camadas mais populares.

Em face do exposto, constata-se que as instituições que contemplam esses programas devem estabelecer um planejamento acadêmico e administrativo a fim de promover sua adequada gestão, o qual conduz à antecipação de decisões, visando coordenar ações estabelecidas na missão, valores e visão das IES. Nesse sentido, é importante esclarecer a articulação da tríade essencial para formação de uma instituição que é a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão.

Não se pode perder de vista, então, que o procedimento gerencial deve contemplar os aspectos relacionados ao processo de ensino aprendizagem voltado para a concepção da andragogia, de como adultos e jovens são agentes ativos no seu processo de aprendizagem. Logo, deve-se estimular a autonomia na busca de novos conhecimentos e, no contexto universitário, dá-se destaque ao saber balizado na comprovação científica como sua premissa básica.

Essa concepção andragógica deve ser concebida no planejamento dos cursos de graduação para que se possa contemplar o público adulto que nela adentra. Vale salientar que o Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada curso deve estabelecer premissas que valorizem o processo de ensino aprendizagem articulado aos aspectos sociais, culturais e políticos nos quais estão inseridos os jovens e adultos atores ativos desse processo.

O planejamento direcionado ao atendimento da missão de uma instituição educacional deve conduzir à tomada de decisões. Segundo Tavares (2000), o planejamento é definido como um conjunto ordenado de ações para alcançar metas estabelecidas para o desenvolvimento de pessoas, recursos, procedimentos de controle e avaliação, de maneira que seja possível observar a efetividade das ações em relação ao que foi previamente estabelecido. Constitucionalmente, o papel primordial das Instituições de Ensino Superior é gerar e difundir o saber. Esse objetivo viabiliza-se na concretização dos princípios que vinculam ensino, pesquisa e extensão, de modo a garantir a difusão, a ampliação e a disseminação do saber científico e cultural.

O art. 207 da Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 asseguram o valor da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para a universidade, por compreenderem que o desenvolvimento nacional está vinculado irrestritamente a esse princípio: “as universidades gozam de autonomia

didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, art. 207, *caput*).

Partindo das concepções do caráter ilimitado do conhecimento, da limitação circunstancial em que se movimenta o ser humano e da importância do papel da universidade, é diretriz da EBMSP, ainda que atualmente esteja com o *status* de faculdade, o exercício articulado dos três vértices de uma instituição de ensino superior.

Considerando a importância supracitada e mediante a missão estabelecida pela EBMSP, é válido evidenciar o texto elaborado para sua realização:

Ser uma instituição de ensino vocacionada para a área da saúde, formando profissionais qualificados com base em princípios e valores éticos e humanísticos, em uma perspectiva individualizada e transdisciplinar. Cumprir sua responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento sociocultural e ambiental, buscando atender às demandas da sociedade, a partir de ações diferenciadas de ensino, pesquisa e extensão. (EBMSP, 2014, p.05).

Vale salientar que a EBMSP, ainda no *status* de faculdade, porém trabalhando por meio das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – que dialoga com o Planejamento Estratégico Institucional Participativo – desde 2009 utiliza a metodologia do BSC (*Based Score Card*) para o acompanhamento dos objetivos estratégicos, projetos e metas a serem atingidos no âmbito acadêmico e administrativo. Todas as ações traçadas estão referenciadas para o credenciamento junto ao MEC visando alterar seu *status* atual para universidade. Nesse sentido, citamos a visão institucional estabelecida no PDI: “Ser uma universidade vocacionada para a saúde, referência nacional e internacional, com excelência no ensino, pesquisa, extensão e consultoria” (EBMSP, 2014).

Importante esclarecer que mesmo sem ter a obrigação legal para a realização da pesquisa, a EBMSP estabelece como prioridade o desenvolvimento científico e tecnológico mediante as ofertas dos programas de pós-graduação *stricto sensu* na área de saúde, entre os quais se salienta a realização de pesquisas significativas de amplitude nacional e internacional que promovem o bem-estar social no âmbito, local, regional, nacional internacional.

Em função da missão e da visão institucional da EBMSP, assim como por trabalhar como gestora da pós-graduação, com foco nas atividades gerenciais que estabelecem ações que contribuam para a tríade das ações destinadas ao ensino,

pesquisa e extensão, foi constatada a necessidade de articular ações entre a educação básica e o ensino superior. Isso principalmente na vertente que envolve os cursos *stricto sensu*, considerando os critérios avaliativos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A partir disso, traçamos ações que articulam a tríade supracitada, e uma delas é o PIBIC Jr., que na instituição se trata de uma iniciativa da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação *Stricto Sensu*, sendo operacionalizada pelo Núcleo de Iniciação Científica e Tecnológica (NICTEC), vinculado à Pró-Reitoria já mencionada.

Para compreensão das atividades realizadas, é necessário contextualizar a EBMS e a importância dos programas de pós-graduação *stricto sensu* realizados nesta instituição, bem como suas articulações com a educação básica, as quais estão inseridas como requisitos desse nível de formação de acordo com os documentos de áreas da CAPES. Salienta-se que no documento de área de avaliação de Medicina I está estabelecido no critério de inserção social que: “o impacto educacional deve contribuir para melhoria da educação básica e o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino” (BRASIL, 2017). Assim, constata-se a importância da articulação dos programas *stricto sensu* na área de saúde com a educação básica.

A pesquisa aqui proposta está pautada, também, sobre o cenário da gestão universitária e nos modelos estabelecidos pelos órgãos reguladores da educação, bem como na sua articulação no âmbito empresarial, em que se apresentam as características próprias desse universo: flexibilidade, agilidade, eficiência, eficácia e a produtividade. Desse modo, verifica-se que as questões relacionadas às políticas de acesso ao ensino superior interferem diretamente no processo de gestão universitária, que se desdobra na organização educacional. Vale registrar que esse processo administrativo foi historicamente balizado pela Teoria Geral da Administração (TGA) e na sua teoria clássica, fundamentada pelos autores Fayol, Taylor e Weber, conforme citado por Sander (2007). O alicerce da gestão, portanto, está centrado no modelo industrial para eficiência funcional das atividades desenvolvidas na instituição para o desenvolvimento econômico.

Para que se possa compreender o modelo de gestão universitária, é necessário contextualizar um pouco mais a Teoria Geral da Administração, pois por muito tempo ela foi o paradigma para a gestão das instituições de ensino superior. Apesar de seu cunho industrial, as IES passaram a dar ênfase às tarefas, o que é bem descrito na pesquisa administrativa clássica de Taylor, que aponta a “eficiência” das atividades

desenvolvidas, com destaque para a superação dos problemas enfrentados na entrega dos produtos em um tempo menor e com custos reduzidos. Um tempo depois, o centro da supracitada teoria foi a “estrutura”, como descrita na teoria clássica de Fayol e na teoria burocrática de Max Weber, que se baseava mais na teoria “estruturalista”, ou seja, não bastava a ênfase nas tarefas, era também necessário ofertar uma boa estrutura organizacional, bem rigorosa, para o bom funcionamento das tarefas realizadas pelos funcionários da empresa.

Mediante a ampliação dos estudos da Teoria Geral da Administração, verificou-se a necessidade de estabelecer como foco o que se chamou na época de “teoria comportamental”, com ênfase nas pessoas, a fim de melhorar o desenvolvimento organizacional. Acreditava-se que funcionários satisfeitos e adequadamente moldados gerariam mais lucros para as empresas. Verificou-se com isso que não bastava, apenas, o comportamental, mas que a qualidade do ambiente de trabalho era fundamental para gerar efeitos benéficos na organização da mão de obra humana. Este estudo está contemplado, também, na teoria dos sistemas, e foi abordada pela teoria da contingência que, posteriormente, desenvolveu a ênfase na tecnologia para favorecer a agilidade nos processos desenvolvidos nas empresas.

As características da Teoria Geral da Administração – tarefas, estrutura, pessoas, ambiente e tecnologia – colaboraram paulatinamente para o fortalecimento da teoria administrativa que marcou por muito tempo todo o processo de gestão das empresas e dos estabelecimentos de ensino.

É importante destacar, também, que as principais funções administrativas para o bom funcionamento do sistema gerencial de qualquer organização empresarial está baseada na TGA e na necessidade de planejamento estratégico, por meio da fixação de metas, conhecimento e solução de problemas, gestão financeira de recursos, motivação das pessoas que trabalham nas empresas, além da necessidade de uma liderança que conduza os processos de forma articulada e com capacidade de comunicação para motivar pessoas e tomar decisões em tempo hábil.

A TGA no âmbito da gestão universitária é complexa, pois, além de envolver todos os aspectos citados anteriormente, contempla também a complexidade pedagógica de um estabelecimento de ensino. Nesse caso específico, a gestão das instituições de ensino superior envolve tanto os aspectos orçamentais e administrativos como o de pessoas, abrangendo toda a gestão dos processos acadêmicos para o desenvolvimento da ciência.

Como se trata dos modelos gerenciais das instituições de ensino superior, não podemos perder de vista a concepção da teoria da administração, porém, teremos como foco a visão múltipla e social que abrange a gestão nesse grau de ensino.

Segundo Santos (2011), um ponto importante a ser analisado no contexto da gestão de instituições de ensino superior é o pilar do projeto neoliberal, ou seja, a transnacionalização do mercado de serviços universitários. Esse projeto restringe o financiamento público, estabelecendo soluções mercantis fomentadas por agências financeiras multilaterais que tornam mais complexa ainda a gestão desse grau de ensino, algo que, de fato, pode enfraquecer a instituições públicas no âmbito dos financiamentos realizados pela União e pelos Estados.

Ainda sob a visão de Santos (2011), a gestão universitária é tão complexa que no século XXI o processo gerencial precisa atender as demandas imediatas da sociedade da informação, baseadas na gestão, na qualidade e na velocidade das informações científicas e econômicas que envolvem a administração das instituições de ensino superior.

Santos (2011) nos apresenta também alguns desafios para constituir a gestão universitária, com destaque para a luta pela definição de universidade no século XXI, sem perder sua origem na difusão do conhecimento científico e objetivando a reconquista da legitimidade do seu papel social, político, pedagógico e econômico na sociedade. Além disso, ressalta-se a ampliação do acesso das camadas mais populares, para que exista a democratização sem discriminação de raça, gênero e etnia.

Diante dos estudos realizados, constatamos os desafios para a gestão universitária, considerando-se as prerrogativas do mundo neoliberal e a complexidade dos fatores internos e externos que envolvem a administração das instituições de ensino superior, sejam públicas ou particulares.

É importante destacar, mais uma vez, a relevância da fusão dos princípios de autonomia e de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que pode ser entendida, também, como o reconhecimento da capacidade da Universidade de

[...] gerir a si mesma, de ser capaz de propor e executar coletivamente uma política científica tecnológica e educacional e desenvolver projetos artístico-culturais e de extensão que sejam discutidos com a sociedade, sem vinculação a governos ou partidos, mas que atue na articulação e do atendimento dos interesses sociais. (UNESCO, 1998, p. 20).

Nesse contexto, a LDB, no seu art. 52, também discorre que as universidades são instituições pluridisciplinares, destinadas à produção intelectual institucionalizada de cunho científico e cultural, abrangendo o âmbito regional e nacional.

Aliado a isto, a Carta Magna brasileira de 1988 afirma:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

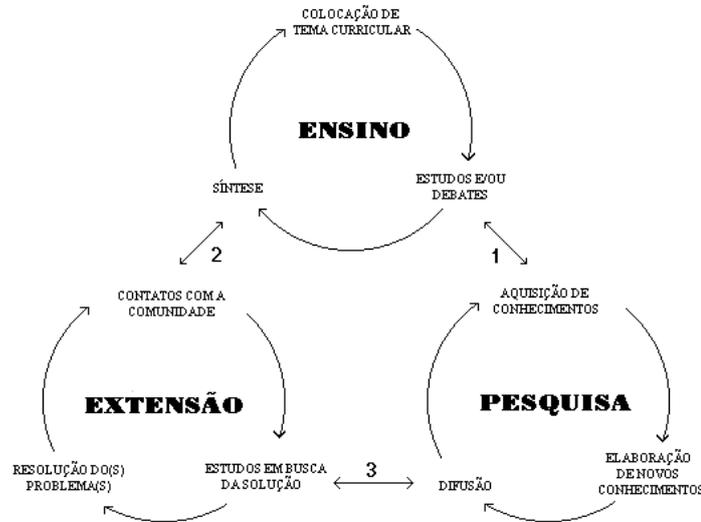
VII – garantia de padrão de qualidade.

VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 1988, art. 205, *caput*, e art. 206).

As deliberações estabelecidas na Constituição federal de 1988 ratificam que a educação deve ser um direito de todos, devendo ser estabelecida de forma igualitária para qualquer cidadão brasileiro, o que inclui o ensino superior e as políticas de acesso a esse grau de ensino. Dessa maneira, tal indicativo reverbera de forma significativa no processo de gestão destas instituições de ensino.

Mediante a complexidade da gestão das instituições de ensino superior e da legislação educacional contributiva à formação de uma sociedade mais igualitária nos aspectos que dizem respeito ao ensino, à pesquisa e à extensão, e para exemplificar mais adequadamente o que expomos aqui, apresenta-se a representação gráfica elaborada pelo prof. Dr. Alberto Mesquita Filho, ex-Pró-Reitor Comunitário da Universidade São Judas Tadeu (USJT), e exibida durante a palestra proferida no II Simpósio Multidisciplinar “A Integração Universidade-Comunidade”, em 9 de outubro de 1996.

Figura 2 – Articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão no Ensino Superior



Fonte: Mesquita Filho (1996).

A representação da Figura 2 evidencia de forma clara as políticas educacionais estabelecidas para enfatizar o processo de aprendizagem ao longo de toda a vida, e aponta, ainda, o papel do ensino superior no campo mais amplo do desenvolvimento do profissional, humano e social, no que tange o ensino, a pesquisa e a extensão, por meio de prestação de serviços à comunidade. Percebe-se, assim, o quanto essa tríade interfere de forma direta nos processos de gestão administrativa e acadêmica das instituições de ensino, bem como verifica-se que a realização de pesquisas produz novos conhecimentos e, dessa forma, dissemina novas possibilidades de atividades de extensão que, por sua vez, retroalimentam o conhecimento científico e possibilitam novas pesquisas. É este o ciclo que conduz o eixo fundamental da educação superior.

Diante do exposto, demonstra-se a relevância deste estudo, no momento em que torna possível evidenciar o cenário do PIBIC Jr. realizado na EBMS e sua articulação com a educação básica, bem como sua representação na tríade ensino, pesquisa e extensão, atrelando as políticas de acesso ao ensino superior, considerando os indicadores gerados no desenvolvimento social e científico nas avaliações da CAPES, possibilitando, dessa maneira, a análise dos resultados obtidos e vindo a incrementar as novas políticas de acesso ao ensino superior brasileiro.

1.1 PROBLEMA DA PESQUISA

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o papel primordial das Instituições de Ensino Superior é gerar e difundir o saber. Este objetivo viabiliza-se na concretização dos princípios que vinculam ensino, pesquisa e extensão, de modo a garantir a difusão, a ampliação e a disseminação do saber científico e cultural (BRASIL, 1996, art. 43, *caput*).

O presente estudo busca evidenciar o cenário do PIBIC Jr. desenvolvido na área da saúde e sua articulação com as políticas de acesso ao ensino superior, considerando os indicadores gerados no desenvolvimento social e científico a partir dos resultados obtidos na EBMSp. Diante do cenário apresentado e considerando-se as atividades profissionais realizadas na EBMSp é que surge a indagação de estudo: Que diretrizes contribuem para a organização político-administrativa e pedagógica do PIBIC Jr. executado no âmbito da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública a partir de 2010?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

- Elaborar diretrizes destinadas a um plano de gestão de monitoramento do Programa de Iniciação Científica Júnior (PIBIC Jr.), realizado na Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSp).

1.2.2 Objetivos Específicos

- Investigar a gestão político-organizacional do PIBIC Jr. executado na EBMSp;
- Evidenciar práticas pedagógicas executadas no âmbito do PIBIC Jr. executado na EBMSp a partir do ano de 2010.

O presente trabalho está organizado em seis (6) capítulos. Após esta **Introdução**, ora apresentada, delineia-se a seguir, no segundo capítulo, o **Referencial Teórico** que fundamenta a pesquisa proposta, no qual estão expostos os seguintes subtemas: Gestão Educacional do Ensino Superior; O Ensino Médio;

Políticas de Acesso ao Ensino Superior; O Programa de Iniciação Científica Jr.; A Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública – lócus da Pesquisa; Metodologia da pesquisa. Tais subtópicos estão atrelados aos objetivos elaborados que balizam a investigação, bem como a questão problema organizada para realização do retrato da gestão do ensino superior e sua vertente político-administrativa e pedagógica do PIBIC Jr./CAPES.

O subtópico intitulado *Gestão Educacional do Ensino Superior* direciona-se aos aspectos relacionados à complexidade das atividades desenvolvidas na administração de instituições de ensino superior, envolvendo os aspectos econômicos, sociais, pedagógicos, culturais, administrativos e normativos. Apresenta-se também a missão universitária, especialmente no tocante à produção de pesquisas científicas.

Como a pesquisa envolve a iniciação científica destinada a jovens do ensino médio, o subtítulo *O Ensino Médio* contempla as especificidades dessa etapa da educação básica e os desafios enfrentados para manter os jovens matriculados nas escolas, bem como estimular o ingresso na educação superior.

A discussão sobre *As Políticas de Acesso ao Ensino Superior* compõe o próximo subtópico, em vista de esta pesquisa buscar verificar como a iniciação científica destinada a jovens do ensino médio favorece o ingresso no ensino superior. Aqui fundamentamos, à luz da legislação brasileira, as políticas de acesso à educação superior conforme normatizadas pelo Ministério da Educação.

O *Programa de Iniciação Científica Jr.* é apresentado no subtópico seguinte, por meio da análise da legislação vigente no CNPq e FAPESB, a fim de explicitar os fundamentos que originam tal proposta de iniciação científica, com o intuito de compreender de que maneira se aplica essa proposta no contexto da EBMSP.

A *Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública – lócus da Pesquisa* compõe o próximo subitem do segundo capítulo, tendo em vista o local onde foram coletados os dados para a elaboração das diretrizes do plano de gestão. Para tanto, contextualizam-se o percurso histórico da EMBSP bem como seu organograma de modelo de gestão educacional.

No terceiro capítulo, a **Metodologia da Pesquisa** é apresentada para evidenciar o percurso de realização desta pesquisa, bem como o método selecionado para coleta de dados, sendo que, neste item, será abordado e discutido o conceito de bricolagem e sua validade para o presente estudo.

No quarto capítulo, os **Resultados Obtidos**, contemplamos os documentos encontrados nos arquivos na EBMSP sobre os projetos e alunos que participaram do PIBIC Jr. no período de 2010 a 2018, os quais subsidiaram a elaboração do produto desta pesquisa.

Em **Diretrizes/ Plano de Gestão do PIBIC Jr. – Produto**, o quinto capítulo, evidenciamos as principais metas para a gestão do programa, considerando os achados encontrados nos documentos da EBMSP. A proposta é que essas diretrizes conduzam a gestão política, organizacional e pedagógica do PIBIC Jr.

Por fim, as **Considerações Finais**, nosso sexto capítulo, evidenciam os principais achados e indicações das potencialidades e fragilidades do PIBIC Jr. demonstrando aspectos que podem ser ainda estudados no futuro, guardando a possibilidade de contribuir para novas políticas de acesso ao ensino superior.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Bourdieu (2002), a educação na contemporaneidade evidencia a batalha travada entre os atores do campo educacional, preocupados com qualidade do ensino e a gestão atenta às demandas econômicas estabelecidas nas políticas públicas, que muitas vezes não condizem com as perspectivas culturais próprias de cada sociedade.

Nesse sentido, os temas apresentados neste capítulo estão articulados aos objetivos traçados para nortear o presente estudo, e têm o intuito de contribuir para a elaboração do produto final desta pesquisa, que são as diretrizes do Plano de Gestão.

Assim, busca-se contemplar a existência das políticas públicas educacionais, discutindo sua efetividade em meio à sociedade capitalista, bem como a demanda de uma gestão para atender as necessidades do mercado de trabalho. Segundo Sander (2007), a administração da educação no Brasil deve articular a eficiência econômica, a eficácia pedagógica, a efetividade política e a relevância cultural. Neste âmbito, evidenciam-se os desafios da gestão da educação, que não podem ser pautada, apenas, nas teorias da administração empresarial, pois seu cenário é bem mais complexo e envolve a formação de pessoas.

Acredita-se que as consultas bibliográficas sobre os temas selecionados para esta pesquisa podem colaborar para a gestão educacional do ensino superior, relacionando-os às políticas de acesso e aos programas de iniciação científica júnior.

2.1 GESTÃO EDUCACIONAL DO ENSINO SUPERIOR

Para que se possa compreender o processo administrativo da educação brasileira, necessita-se de um olhar mais atento ao percurso histórico da gestão educacional em nosso país. Para tanto, descreve-se, de modo sintético, o que Sander (2007) aborda sobre a história da administração da educação no Brasil.

No início da década de 1980, no Brasil, a gestão educacional era vista como um ponto crítico dentro da política de educação do Governo. A partir dos anos 1990, com a aprovação da Nova LDB – Lei nº. 9.394/96, essa gestão passou a ser prioridade para o governo, visando à implantação da “nova gestão educacional” para que fosse assegurada a equidade e a qualidade do ensino. Dentro deste contexto, os fatores considerados essenciais para a qualidade do ensino apontavam para: o

comprometimento político do dirigente da instituição; busca de parcerias; valorização dos profissionais de educação; democracia, fortalecimento e modernização da gestão, além da racionalização e produtividade do sistema educacional. Estes dois últimos fatores passaram a ser considerados importantes para a nova gestão educacional, procurando priorizar no item de políticas educacionais o desenvolvimento de gestões centradas na escola, além do acompanhamento sistemático da qualidade e do desempenho escolar.

Na contemporaneidade, os aspectos que tangem a gestão de instituições de ensino superior, de acordo com Sander (2007), estão pautados na: **qualificação econômica**, centrada para captação de recursos financeiros de elementos materiais e tecnológicos para o cumprimento da missão educativa; na **qualificação pedagógica**, que contempla os termos da eficácia para coordenar a formulação de objetivos educacionais e para traçar o cenário e estratégias pedagógicas para formação cidadã; na **qualificação política**, que são medidas adotadas para uma ação organizada, cujo intuito é atender as demandas políticas e sociais da comunidade e do sistema educacional; e na **qualificação cultural**, a qual visa à solução de problemas educacionais e administrativos sob a ótica da sua relevância da qualidade da vida humana coletiva na escola.

Ao se observarem as constatações supracitadas e ao se analisar o ensino superior brasileiro, percebem-se todas as tensões políticas, pedagógicas e econômicas que fazem parte da educação, tanto em relação ao seu processo histórico de dados quantitativos que ainda, hoje, marcam a educação em todos os níveis de ensino, quanto em relação ao seu âmbito administrativo, político e social.

Na atualidade, um dos aspectos mais discutidos sobre a gestão abrange a ampliação e a democratização do acesso ao ensino superior, o aumento do número de oferta de vagas que interfere bastante na qualidade dos serviços prestados pelas instituições de ensino.

Para Bertolin (2007), entre as décadas de 1960 e 1970 os dados educacionais eram basicamente quantitativos. A partir de 1980, os Estados Unidos da América e os países da Europa realizaram as primeiras reflexões acerca dos dados qualitativos da educação. Diante de tais observações, percebe-se a importância da pesquisa qualitativa para fundamentar as ciências humanas e sociais, vitais para a sociedade atual.

Segundo Demo (1994), a gestão educacional deve favorecer a qualidade acadêmica, o desenvolvimento da capacidade de produção original de conhecimento; a qualidade social, que é entendida como a capacidade de identificação comunitária, local e regional, bem como em relação ao problema do desenvolvimento. Tais características apontam os caminhos para a gestão. No entanto, há ainda a interferência dos fatores econômicos, que estabelecem um modelo de educação centrada na diminuição de custos e não na formação de cidadãos críticos para o desenvolvimento de uma sociedade democrática.

Diante do exposto, uma análise sobre a modelo de gestão educacional vigente é algo complexo, sobretudo, na sua relação com os fatores políticos e econômicos, considerando os mecanismos constituintes da sociedade contemporânea que determina e condiciona as políticas educacionais aos interesses político-econômicos do governo e das entidades financeiras internacionais, muito mais que à questão social da educação.

Embora durante a trajetória histórica brasileira a educação e as respectivas formas de ensino tenham passado por grandes transformações e sofrido mudanças de paradigmas filosóficos, políticos, econômicos e científicos, tornando-se cada vez mais abrangentes e populares, não se efetivaram como um direito ou ação democrática, tendo em vista que sempre estiveram associadas aos interesses do poder e do capital, retirando o direito de muitas pessoas e diferenciando o ensino destinado para os ricos e pobres, fato este que contribui para a reprodução das desigualdades.

As políticas públicas educacionais brasileiras promulgadas ainda não superaram os problemas históricos quantitativos herdados na formação da nossa sociedade. Apesar de serem encontrados estudos bem direcionados às diretrizes estabelecidas para o sistema educacional e com pontos fortes e diretivos para a gestão, constata-se ainda uma lacuna entre o que está no âmbito legal e o que se efetiva na prática.

Importante abordar que a construção das políticas públicas educacionais em seu âmbito global é instituída a partir de um conjunto de instituições financeiras internacionais que, com o intuito de promover o desenvolvimento global e a cooperação, determinam políticas e financiam projetos e ações educacionais nos países em desenvolvimento.

As instituições supracitadas repassam recursos aos países pobres para que estes se desenvolvam e possam superar seus problemas sociais. No entanto, segundo Frigotto (1995), esses países participam de acordos que garantem o cumprimento de metas pré-estabelecidas por meio das quais as políticas públicas educacionais são estabelecidas em função de interesses do mercado econômico e voltadas a manter a hegemonia dos países desenvolvidos.

As instituições financiadoras da educação brasileira estabelecem uma série de regulamentos que visam constituir ações políticas mais “eficientes e eficazes”, voltadas para o desenvolvimento sustentável do país. Contudo, tais investimentos são questionáveis, pois são voltados para os interesses do capital, com um forte recorte pragmático da educação para o trabalho, em que imperam os conceitos de competências e habilidades, próprios da gestão industrial relacionados à empregabilidade.

Para Goldemberg (1993), o Brasil estabelece suas políticas educacionais em conformidade com o Banco Mundial. Os resultados dessas diretrizes legais são percebidos na educação brasileira a partir das seguintes características dos mecanismos de controle educacional: o rápido e barato como sinônimo de eficiência; formação menos abrangente e mais específica; formação profissionalizante; aceleração da aprovação para desocupar vagas; autonomia apenas administrativa; prioridade no ensino fundamental; máximo resultado com o menor custo; parcerias com a sociedade civil em programas assistencialistas e filantrópicos.

Assim verifica-se como a gestão educacional brasileira é complexa e estabelecida para garantir a empregabilidade em nosso país. O que se constata é uma necessidade de políticas que incentivem o desenvolvimento científico e tecnológico, que retire o Brasil da condição de país em desenvolvimento. Para tanto, é necessário refletir sobre a importância do planejamento estratégico no âmbito da administração educacional.

Nesse contexto, a gestão universitária, também, está pautada na articulação da tríade realizada entre a missão universitária, que é a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que não pode fugir às determinações legais do Ministério da Educação.

A política de acesso é um desafio ao modelo de gestão estabelecida atualmente no Brasil, tendo em vista que não é somente o acesso por meio da massificação de vagas, como descrito por Boaventura de Sousa Santos (2011), mas

a democratização mediante mecanismos de gestão que possibilitem a permanência desses estudantes na universidade, pois o acesso por si só não garante a solução dos problemas enfrentados pela gestão no que tange às eficácias econômica, pedagógica e cultural para garantir um ensino de qualidade igualitária a todas as camadas sociais que ingressam no ensino superior.

Para Fialho (2005), cabe à Universidade o desafio de realizar um processo de gestão que possa conferir consistência à ideia de universalidade, atrelada à heterogeneidade de condições em que os seres humanos, de forma histórica, econômica, política, cultural e socialmente se estabelecem. Consta-se com isso que a gestão universitária está inserida em diferentes experiências vividas no âmbito social.

Buscam-se, nesse sentido, mecanismos para evidenciar o processo complexo que é a gestão do ensino superior e suas nuances na administração das políticas públicas de acesso à universidade. O que se pretende é contemplar de forma significativa essas questões nas diretrizes destinadas ao plano de gestão, documento que aprofundará os tópicos estabelecidos, o qual é produto desta pesquisa. Para tanto, se faz, aqui, uma alusão à missão universitária e sua contribuição para o processo de gestão.

Todas as instituições de ensino superior são geridas por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Planos de Metas que estabelecem objetivos para todos os setores institucionais, conduzindo práticas e avaliando resultados, estimulados por uma cultura que valoriza o desempenho acadêmico e administrativo de todos os segmentos envolvidos nesses espaços educativos.

É preciso considerar algumas características para entender o valor gerencial das instituições de ensino superior, especialmente as citadas por Eynng e Gisi (2007), tais como: a descentralização de poder, articulação com órgãos e instituições de fomento as atividades de ensino, pesquisa e extensão, o orçamento, envolvendo custos e controles contábeis, bem como as regras mantidas pelo Estado.

Ao considerar legislação educacional, a obrigatoriedade da oferta de ensino e a descentralização da administração do poder público a partir da necessidade da oferta de uma mão de obra qualificada profissionalizante, é inevitável a amplificação da oferta de cursos de graduação nas instituições particulares de ensino superior. Dessa forma, o Ministério da Educação percebe a necessidade de uma regulação mais rigorosa para não perder de vista o poder legislativo desse órgão público.

Diante do cenário crescente das universidades particulares e da necessidade de uma transparência da gestão dessas instituições de ensino superior, a Presidência da República brasileira, por meio da Casa Civil, promulga a Lei nº. 10.861/2004, do Ministério da Educação, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Esse Sistema tem como objetivo assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação, considerando, também, os programas de pós-graduação e o desempenho acadêmico de seus estudantes.

A legislação citada aponta para urgência em observar essas instituições de modo interno e externo. Com isso, reforçamos os desafios das IES no âmbito da gestão dos seus processos acadêmicos e administrativo. É imprescindível conhecer os princípios regulatórios do SINAES, tais como: participação, globalidade, respeito à identidade institucional, legitimidade, continuidade, valores sociais historicamente determinados, regulação e controle, prática social com objetivos educativos. Esses princípios balizam todo o processo de avaliação institucional para que se possam verificar as potencialidades e fragilidades institucionais. Visa-se, com isso, à ampliação da qualidade das ações educativas ofertadas, pois todos os processos do SINAES são gerenciados pela Comissão Nacional de Avaliação de Ensino Superior (CONAES), que é órgão colegiado de coordenação e supervisão do citado sistema, com as atribuições de:

[...] propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes; estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes; formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação; articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior; submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE; elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação; realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação. (BRASIL, 2004).

As atribuições da CONAES impactam diretamente nos processos administrativos e acadêmicos das instituições de ensino superior. Precisa-se considerar que essa ação governamental pretende analisar a qualidade, a autonomia e a democratização ao acesso a esse grau de ensino, reforçando-se assim o compromisso social das universidades. Não se pode, apenas, cumprir com o papel

profissionalizante, mas se deve romper muros e atingir, por meio de ações humanizadas, as camadas mais populares.

É necessário considerar que as instituições privadas já são de alguma forma excludentes, ao estabelecerem pagamento de mensalidades para prestação de serviços educacionais para sua sobrevivência econômica. Então, nada mais justo que promover a realização de ações sociais como mecanismo de devolução para a sociedade do que é considerado produção de conhecimento científico, possibilitando acesso dessas informações às camadas mais populares.

A Carta Magna brasileira de 1988, no seu art. 209, *caput*, afirma que: “o ensino é livre à iniciativa privada, porém, deve cumprir as normas da legislação brasileira e referenciar-se à avaliação de sua qualidade pelos poderes públicos”. Nesse sentido, segundo Novaes e Pimenta (2018), é imperativo compreender o cenário que abrange as políticas de planejamento e avaliação destinadas ao ensino superior. Tal entendimento confirma a importância da análise constante realizada no autoavaliação e na avaliação externa, visando melhorar os processos internos e externos em uma instituição de ensino. Essa constatação, feita pelos autores citados, reafirma a necessidade da avaliação institucional precedida pela avaliação instituída pelo SINAES, evidenciando, com isso, o quanto tal mecanismo é importante para a gestão administrativa e acadêmica de instituições públicas e privadas do ensino superior.

Em face do amplo contexto da gestão educacional, precisaremos, por oportuno, nos referenciar às teorias da administração, pois elas balizam, de forma relevante, o gerenciamento das instituições de ensino superior, bem como o modelo estabelecido para avaliação institucional pelo SINAES.

Diante dos desafios da gestão educacional, procuraremos realizar aproximações entre as fronteiras da Administração e da Educação. De acordo com os estudos realizados por Rabelo (2016), tanto a teoria da administração como a legislação educacional estabelecida pelo MEC balizam a gestão do ensino superior, conduzindo às seguintes expressões: organizar, autonomia, disciplina, leis, estatutos, regimento, unidades universitárias, aprovação, submissão, autorização, racionalidade, estrutura orgânica, universalidade, flexibilidade, coordenação, participação, fiscalização, ordem, normas, planejamento, supervisão, inspeção, cooperação, sanções, obrigação, determinação, suspensão.

Da análise da legislação educacional brasileira, percebemos a influência do modelo de administração universitária inspirado no padrão empresarial, a partir do

qual é possível reconhecer o paradigma da gestão taylorista, que tem como base os princípios de planejamento, preparo, controle e execução, bem como fayolista, que contempla o planejamento, a organização, a direção e o controle. Nesse contexto, citamos, ainda, o weberianismo e sua visão na divisão do trabalho, na hierarquia de autoridade, na racionalidade, nas regras e padrões, no compromisso profissional, nos registros escritos e na impessoalidade que prevalecem atuantes, se fazendo presentes na administração e gestão de instituições de ensino superior.

As evidências acima citadas podem ser reconhecidas, também, no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, o qual, ainda que de forma subjetiva, faz referência aos conceitos de administração e gestão universitária por meio das expressões: autonomia, gestão, sistema de avaliação, qualidade, reconhecimento, flexibilidade, necessidades, clientela, melhoria, planejamento, participação, organização, controle, resultados e desenvolvimento. Consta-se, nesse documento, a continuidade dos princípios da teoria da administração.

Assim, verificamos que a Universidade pode ser caracterizada, consoante a visão de Rabelo (2016), como um sistema de atividades reproduzidas pelas teorias da administração de forma mecânica, na qual os sujeitos assumem condutas padronizadas, sendo regulada por órgãos governamentais que determinam as diversas ações e condições para a operacionalização da oferta do ensino superior.

Ainda segundo o mesmo autor, o respaldo, apenas, da teoria da administração no âmbito da gestão universitária, desconsidera as contradições próprias do trabalho humano, e esses modelos de gestão contribuem para homogeneizar os processos intelectuais e cognitivos dos indivíduos.

Já que não podemos desconsiderar por completo a Teoria Geral da Administração, temos que compreendê-la por meio do conceito da palavra “administração”, que, segundo Chiavenato (2003), tem sua origem no latim, *ad*, que significa “direção, tendência para”, e *minister*, significando “subordinação ou obediência”, ou seja, direcionar ações para cumprimento das metas, mediante gestão de processos e pessoas.

Diante dessa conceituação etimológica, observa-se que as organizações administrativas são estabelecidas a partir de suas características básicas e comuns e podem visar ao lucro ou não, na oferta de produtos/serviços. Nesse sentido, por abordarmos o ensino superior, contemplamos a similaridade dos serviços educacionais, balizados pelo Ministério da Educação, porém ofertados por cada

instituição, mediante o perfil individual traçado para cada organização, seja ela estatal ou privada e que é, aqui, valorizado. Por esse motivo, podemos afirmar que as instituições são diferentes entre si, ainda que com características similares, não existindo duas completamente iguais. Isso as torna singulares e complexas, e é nesse âmbito que se volta à necessidade da avaliação externa vista no SINAES para verificar o cumprimento das normas estabelecidas para seu funcionamento.

Para se entender o modelo de gestão estabelecido pelas instituições de ensino superior precisamos compreender a abordagem neoclássica da Teoria Geral da Administração, que é em sua essência vista como uma readequação da Teoria Clássica, mediante as organizações que surgiram ao longo do tempo e do desenvolvimento industrial. Assim, podemos afirmar que a Teoria Neoclássica é a Teoria Clássica modernizada e reestruturada, desde quando apresenta em seu eixo a dualidade da centralização da autoridade de Fayol e a descentralização da autoridade característica da organização funcional de Taylor. Portanto, os temas centralização e descentralização foram também contempladas na Teoria Neoclássica.

Diante dos estudos realizados por Chiavenato (2003), a centralização é estabelecida pela autoridade primordial do gestor na tomada de decisões, mediante a ênfase nas relações estabelecidas pela cadeia de comando da organização. Já a descentralização significa que a autoridade deve ser compartilhada com a equipe hierárquica designada para gerir a organização.

Segundo Ribeiro e Machado (2007), a ciência da administração contribuiu para a formação teórica de novos modelos de gestão universitária, e no modelo da Teoria Organizacional é possível identificar aproximações mais significativas entre a administração escolar, pois se estabelecem estudos sobre liderança, motivação e tomada de decisões nas organizações não apenas empresariais, mas de cunho social, buscando o que chamamos de descentralização de poder.

Nas instituições de ensino superior busca-se a descentralização de poderes na gestão dos seus processos. Para tanto, são criadas as departamentalizações para gestão de cada área dentro dos estabelecimentos de educação. Verifica-se que essa organização possibilita uma maior integração do planejamento administrativo e acadêmico de cada instituição, garantindo a individualidade de cada uma. Desse modo, podem ser contempladas decisões que visem tanto aos fatores econômico, administrativo, de gestão de pessoas, de planejamento pedagógico, como aqueles inerentes ao setor responsável pela avaliação institucional, conhecido como Comissão

Própria de Avaliação (CPA). A depender da proporção de grandeza da instituição, essa organização de gestão pode se estender para os diversos espaços físicos, considerando que algumas instituições podem ser *multicampi*.

O desafio da gestão acadêmica está na participação coletiva dos seus participantes, sejam eles nos âmbitos administrativos, acadêmicos ou sociais. É importante a gestão participativa, pois tanto docentes como discentes podem fortalecer os processos realizados nesse contexto gerencial. Assim, as definições de cargos e atividades possibilitam a articulação entre o fazer pedagógico, próprios de instituições de ensino, e o fazer administrativo, próprio do contexto empresarial.

De toda forma, jamais se pode perder de vista a missão universitária, que é significativa para todo esse processo de gestão.

2.1.1 Missão Universitária

Nos Anais da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (CONFERÊNCIA, 1999) convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e realizada em outubro de 1998, em Paris, dois documentos representaram consenso entre os participantes. Neles estão reiterados os princípios da qualidade vinculada à colaboração das instituições de ensino superior para a superação das dificuldades sociais, que deve ser justa e equitativa. Sendo assim, sua ação deve ser orientada para o desenvolvimento sustentável, para a construção e manutenção da paz, para a eliminação da pobreza e exclusão, assim se expressando:

No limiar de um novo século, há uma demanda sem precedentes e uma grande diversificação na educação superior, bem como maior consciência sobre a sua importância vital tanto para o desenvolvimento sociocultural e econômico como para a construção do futuro, diante do qual as novas gerações deverão estar preparadas com novas habilitações, conhecimentos e ideais. (UNESCO, 1999, p.20).

No contexto acima citado, os participantes da Conferência evidenciam como missão da educação superior: educar, formar e realizar pesquisa¹.

¹ a) **educar e formar pessoas altamente qualificadas**, cidadãs e cidadãos responsáveis, capazes de atender às necessidades de todos os aspectos da atividade humana, oferecendo-lhes qualificações relevantes, incluindo capacitações profissionais nas quais sejam combinados conhecimentos teóricos e práticos de alto nível mediante cursos e programas que se adaptem constantemente às necessidades presentes e futuras da sociedade;

b) prover um espaço aberto de **oportunidades para o ensino superior e para a aprendizagem permanente**, oferecendo uma ampla gama de opções e a possibilidade de alguns pontos flexíveis de ingresso e conclusão dentro do sistema, assim como oportunidades de realização individual e mobilidade social, de modo a **educar para a cidadania e a participação plena na sociedade** com

Na Conferência Mundial de Ensino Superior realizada em 2009, entre os dias 5 e 8 de julho de 2009, na sede da UNESCO em Paris, foi afirmada a relevância dos resultados e a Declaração da Conferência Mundial de Ensino Superior de 1998. Nesse contexto foram apresentadas as seguintes diretrizes que a educação mundial deve seguir:

A Responsabilidade Social da Educação Superior, que deve ser realizada por meio de investimentos, quer no âmbito das instituições particulares, mas, especialmente, no contexto governamental, promovendo o conhecimento multifacetado sobre as dimensões culturais, científicas, econômicas e sociais e nossa habilidade de responder a tais questões. Além disso, deve-se gerar conhecimento global para atingir os desafios mundiais, com relação à segurança alimentar, mudanças climáticas, diálogo intercultural, fontes de energia renovável e saúde pública.

Deve ainda estabelecer de forma contínua a articulação da pesquisa, do ensino e de serviços comunitários estabelecidos no contexto de autonomia institucional e liberdade acadêmica, aumentando o foco interdisciplinar e promovendo o pensamento crítico e a cidadania ativa. Evidencia-se nesse contexto social a contribuição para a educação de cidadãos éticos, comprometidos com os valores de democracia, além da transparência no fornecimento de informações fidedignas considerando as missões diferentes e o desempenho de cada instituição. Tais ações contribuem para a autonomia universitária, que é uma exigência necessária para satisfazer as missões institucionais por meio da qualidade, relevância, eficiência, transparência e responsabilidade social.

abertura para o mundo, visando construir capacidades endógenas e consolidar os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a democracia e a paz em um contexto de justiça;

c) **promover, gerar e difundir conhecimentos** por meio da **pesquisa** e, como parte de sua atividade de extensão à comunidade, oferecer assessorias relevantes para ajudar as sociedades em seu desenvolvimento cultural, social e econômico, promovendo e desenvolvendo a pesquisa científica e tecnológica, assim como os estudos acadêmicos nas ciências sociais e humanas, e a atividade criativa nas artes;

d) contribuir para a **compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas**, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural;

e) contribuir na proteção e consolidação dos **valores da sociedade**, formando a juventude de acordo com os valores nos quais se baseia a cidadania democrática, e proporcionando perspectivas críticas e independentes a fim de colaborar no debate sobre as opções estratégicas e no fortalecimento de perspectivas humanistas;

f) contribuir para o desenvolvimento e melhoria da educação em todos os níveis, em particular por meio da capacitação de pessoal docente (UNESCO, 1999, p. 20).

Acesso, Igualdade e Qualidade é outro aspecto relevante pois visa aumentar o acesso ao ensino superior, garantir a equidade para todos os estudantes e estimular com o apoio de ações governamentais e de instituições particulares o acesso e a participação das mulheres na educação superior. Além disso, deve-se buscar incluir suporte financeiro e educacional adequados para aqueles que vivem em comunidades pobres e/ou marginalizadas.

Nessa diretriz, destaca-se a necessidade da formação constante dos professores para que possam contribuir com a desenvolvimento de indivíduos, visando ao conhecimento e às habilidades necessárias para o desenvolvimento mundial. A promoção do Ensino a Distância (EAD) e tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) são desafios que objetivam diminuir as dificuldades regionais de espaço, além de favorecer o acesso à educação superior.

Evidencia-se nesse quesito a necessidade de estimular a realização de pesquisas para aumentar as abordagens pedagógicas, do investimento no treinamento de faculdades e equipe de funcionários para executar novas funções que envolvam sistemas de ensino e aprendizagem, além de estabelecer sistemas que garantam a qualidade e padrões de avaliação e promover a qualidade cultural dentro das instituições.

A qualidade é apontada nessa diretriz principalmente no desenvolvimento de conhecimento, tendo em vista a crescente diferenciação de papéis dentro dos sistemas e instituições de ensino superior, com polos e redes de excelência em pesquisa, inovações no ensino/aprendizagem e novas abordagens aos serviços da comunidade.

Já a **Internacionalização, Regionalização e Globalização** trata-se de um item que tem como foco a promoção da cooperação internacional na educação superior baseada na solidariedade e no respeito mútuo, além de estimular os valores humanísticos e diálogo intercultural. Busca-se, então, realizar a responsabilidade social e ajudar no desenvolvimento, por meio da crescente transferência de conhecimentos que cruzem fronteiras, especialmente nos países subdesenvolvidos.

Para realização de pesquisas, deve-se promover parcerias que promovam a cooperação internacional mediante a articulação de intercâmbio de estudantes e, desse modo, se amplie a globalização da educação superior e se proporcione a igualdade de acesso, tendo em vista a qualidade, o respeito à diversidade cultural, bem como a soberania nacional. Não se pode apenas falar de relações internacionais,

pois se deve promover, também, maior cooperação regional nas áreas de reconhecimento de qualificações para garantir a qualidade, governança da pesquisa e inovação no âmbito nacional.

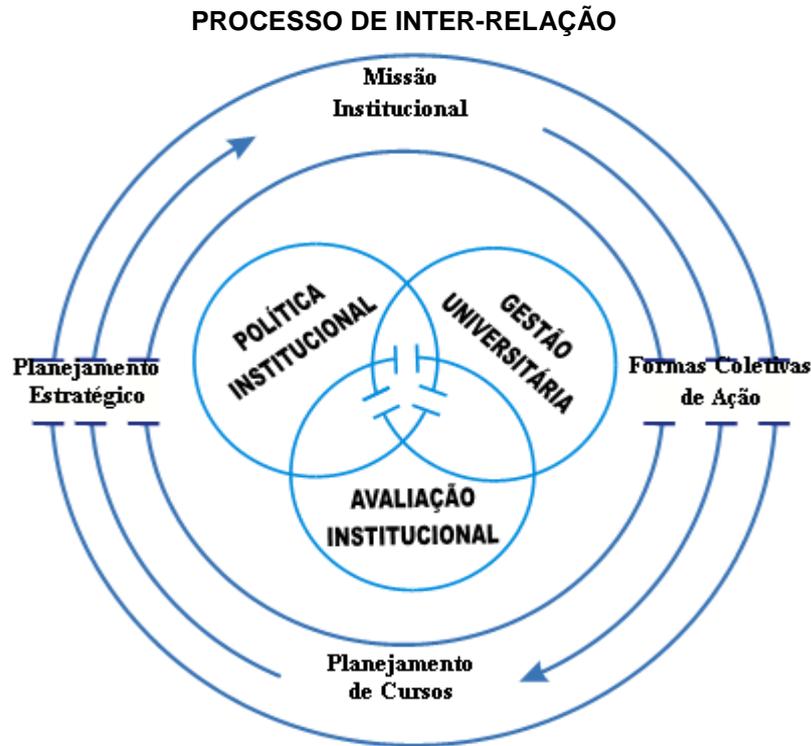
O **Ensino, Pesquisa e Inovação** são contemplados nas diretrizes por meio da abordagem enfática da necessidade de financiar de forma crescente a pesquisa, voltada para o desenvolvimento da inovação no contexto social, cultural, econômico, tecnológico, educacional e na área da saúde, podendo ser realizada mediante parcerias público-privadas. Para tanto, torna-se necessário o estabelecimento de critérios para o equilíbrio entre a pesquisa básica e a aplicada em razão dos altos níveis de investimentos necessários para pesquisa básica, assim como o desafio de conectar o conhecimento aos problemas locais.

Percebe-se que no contexto mundial, local e regional, a missão da educação superior está pautada na melhoria das condições de acesso a esse nível de ensino, ao atendimento das necessidades da sociedade mais carente, no estímulo à produção de novos conhecimentos, na inovação e na equidade para todos no acesso ao conhecimento científico.

A assunção deste referencial vincula-se profundamente às circunstâncias dos contextos internacionais / nacionais, de onde decorre um projeto humano. Para além das habilidades e competências específicas requeridas do profissional pelo mercado de trabalho, cabe ainda à Universidade um ideal de formação no sentido universalista do termo, o que ultrapassa a instrução ou introdução de conteúdos para aprendizagem.

A Figura 3 representa a importância das inter-relações para o cumprimento da missão universitária, que não pode estar desatrelada das políticas institucionais, da gestão universitária e da avaliação institucional, como modelo de gestão.

Figura 3 – Inter-relação da Missão Universitária



*Elaborado com base em fluxograma de Maria Lúcia Martins e modificado por Izolda Rebouças Falcão. In: FALCÃO, Izolda R. Onde mora o saber de cor? Salvador: UFBA, 2000.

Fonte: Falcão (2002, p. 52).

A Figura 3, acima, representa a complexidade do modelo de gestão universitária, que não pode perder de vista as articulações envolvidas na administração de uma instituição do ensino superior. Nesse sentido, se revalida a importância das diretrizes do Plano de Gestão adequado para gerir os processos relacionados aos aspectos financeiros, culturais, pedagógicos e sociais envolvidos.

Do latim *educare*, educar significa formar. Refere-se à construção e assimilação de valores e condutas sociais. Assim, a articulação com a educação básica pública é um amplo caminho para fomentar a igualdade de acesso ao ensino superior. De acordo com Vivas (2015, p. 29):

O ensino médio constitui, para a grande maioria da juventude, um processo de passagem para outro período da vida, na qual, além do aprendizado dos conteúdos escolares historicamente construídos nas diferentes áreas de conhecimento, espera-se que o estudante inicie sua participação social de forma mais ativa, inclusive para o ingresso na vida profissional.

Se tomarmos de modo literal a palavra “médio”, temos como significado aquilo que está entre dois, no meio, o que sugere, portanto, que essa é apenas uma etapa de transição para o avanço em estudos mais específicos. Somente na atual legislação esse nível de ensino foi incorporado à Educação Básica, o que deixa claro a importância que esse segmento adquiriu junto à sociedade. Tal fato procede da democratização da educação e da necessidade da sua universalização junto aos jovens.

Vivas (2015) nos conduz a refletir sobre a importância das políticas educacionais para a promoção do acesso ao ensino superior de forma igualitária para todas as camadas da população brasileira, o que conseqüentemente favorece o cumprimento da missão universitária de integração com a sociedade. O desafio que se apresenta é o de evidenciar de que forma a aproximação entre a educação básica e o ensino superior pode favorecer ao desenvolvimento científico, cultural, social, ambiental e tecnológico do país, além dos desafios para a gestão universitária inserida nesse contexto.

Para fundamentar as políticas destinadas ao ensino superior, é necessário referenciar o trabalho de Anísio Teixeira (1998), autor que defende que as universidades deveriam ser dirigidas por conselhos representativos da sociedade e não pelo governo, o que favoreceria a participação popular. Afirma ainda que a educação superior deve contemplar o conhecimento baseado na articulação entre a educação básica e o ensino universitário. Buscar-se-ia, dessa maneira, um modelo voltado para os problemas sociais do Brasil e uma produção de conhecimento científico que minimizasse as desigualdades sociais.

O autor supracitado aponta para necessidade da formação de professores e a divulgação ampla do conhecimento sistematizado pelas instituições de ensino superior, o que, de fato, conduz a uma nova concepção de universidade que rompe seus muros e devolve para a sociedade o conhecimento produzido.

Estabelecer caminhos para que exista equidade na oferta do ensino superior é o grande desafio, e isso possivelmente só se dará quando a articulação entre a educação básica e o ensino superior acontecer de forma significativa para estimular os jovens a ingressarem na Universidade.

Santos (2011), por sua vez, entende que a Universidade é um bem público que está ligado ao projeto de um país. O grande desafio é articular o sentido político e cultural que atualmente, no contexto neoliberal, está sob a égide do mercado capitalista, no qual o ensino superior perde sua característica solidária e cooperativa. Isso porque, também para o mesmo autor, a universidade pública tem sua autonomia ameaçada pelas agências internacionais de financiamento da educação dos países em desenvolvimento.

O processo educacional no contexto das instituições de ensino superior é contemplado na atualidade como uma construção da racionalidade técnica, ou seja,

vincula-se às representações produzidas numa determinada cultura para que se realizem, também, os interesses do Estado em que se insere. As representações internas e externas à instituição transformam-se pelos mecanismos de disseminação ideológica do Estado, em circunstâncias político-econômicas e materiais de vida, clima organizacional e condições de trabalho.

A principal característica, hoje, no ensino superior é a busca pela autonomia. Com o advento das tecnologias da informação, a velocidade dos atuais processos gerou uma estruturação orgânica da economia global.

Em pleno século XXI é cada vez maior o quadro de desemprego, a pobreza atinge a chamada “classe média” e produz-se uma população em condições precárias de vida, que busca mecanismos para assegurar a permanente reconstrução e a sobrevivência das relações locais. Com isso, a demanda pelo ingresso no ensino superior é grande, considerando a necessidade de uma mão de obra mais qualificada para o mercado de trabalho.

Vive-se na contemporaneidade o ápice e a plena crise do processo de internacionalização do mundo capitalista: o sistema de técnicas atual, presidido pela disseminação da informação, por diversos meios, funciona como elo para um mercado dito global, responsável pelos processos políticos em funcionamento. Daí decorre “a mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo e da informação” (SANTOS, 2005, p.14,15).

A aceleração do processo histórico faz com que o profissional que não reúne condições de conhecimento e manejo da tecnologia marginalize-se da possibilidade de um emprego. A ética dominante é a da competitividade, que conduz ao pragmatismo redutor e ao individualismo arrebatador em todas as ordens.

As atividades hegemônicas tendem à centralização e concentração da economia, o que aumenta a inflexibilidade dos comportamentos, acarretando mal-estar no campo social. Tais questões têm profunda implicação no âmbito educacional pois, naquilo que importa à construção de um perfil humano adequado à atualidade, deve-se considerar a complexidade de papéis, o que requer a construção da visão de totalidade e abrangência, a superação da fragmentação dos componentes curriculares do ensino com correspondência no esforço a que todas as modernas instituições se integram.

Para tanto, as Ciências da Educação buscam a ética da solidariedade, o desenvolvimento do pensamento autônomo, a reflexão crítica sobre os processos

sociais, algo que, ao invés da uniformidade, produz a diversidade de posturas que se refletem no âmbito individual e social.

É tema de reflexão, também, a opção entre a manutenção do papel original da Universidade na produção do saber abrangente e desinteressado, do cientista e do intelectual genuíno ou a produção do saber, com valor de troca, nas grandes empresas. Deve-se desconsiderar, então, um eixo único na formação dos estudantes das instituições de ensino superior e associar sua formação humana integral que habilite o indivíduo para o exercício profissional crítico e competente em todas as circunstâncias que se apresentarem.

Assim, a gestão educacional deve considerar o paradigma da prática pedagógica, a ser construída, bem como a natureza do social onde se situa o homem e definir, com grande responsabilidade, a espécie de contribuição institucional para essa formação.

Desse modo, a missão universitária deve cumprir o seu papel no âmbito da sua responsabilidade social e ampliar vagas, tanto por meio da oferta do ensino público como privado. Portanto, o governo deve garantir possibilidades para que instituições não governamentais possam instituir programas que garantam a inserção no ensino superior.

2.2. O ENSINO MÉDIO

Segundo Oliveira (2017), o ensino médio é caracterizado como uma etapa da educação básica, como um período intermediário de formação entre o ensino fundamental e o ensino superior. Nesse contexto, a autora revela que o compromisso do ensino médio é prepara os estudantes para uma formação dentro do seu contexto social e reconhecer-se como ser humano no mundo.

Para se compreender o ensino médio, deve-se considerar o percurso histórico da educação brasileira. Saviani (2007) descreve que entre os anos de 1930 a 1996 o que atualmente chamamos de ensino médio teve as seguintes nomenclaturas: os Liceus (instituições não estatais que incorporavam o 2º grau da instituição pública brasileira, voltadas para a formação profissional, técnica, ligada à agricultura, à arte e ao comércio); o Colegial, que abrangia o curso clássico (estabelecia como foco o estudo de Filosofia e línguas – latim, espanhol e grego), o curso científico (ofertava disciplinas voltadas para áreas das ciências exatas) e o curso normal (voltado para

formação do magistério); mais adiante foi estabelecido o 2º Grau, com características bem próximas do atual ensino médio.

É necessário considerar que os jovens que frequentavam o antigo 2º Grau da educação brasileira faziam parte da elite cultural e econômica e de classe média em ascensão e eram preparados para o ingresso nas universidades. Segundo Menezes (2001) foi apenas a partir da década de 1990 que aconteceu uma real expansão de matrículas no ensino médio público. No entanto, esse aumento no acesso a tal nível de ensino não priorizou a qualidade dos processos pedagógicos necessários para uma educação de qualidade, fato este que contribuiu para um alto índice de evasão escolar.

A partir de 2017 foi estabelecida a Reforma do Ensino Médio, que faz parte da atual Base Nacional Curricular Comum (BNCC) (instituída pela Lei nº. 13.415/2017) e abrange novas diretrizes para essa etapa da educação básica. Nesse momento fomenta-se a escola de tempo integral e flexibilizam-se os estudos de disciplinas antes obrigatórias, possibilitando, igualmente, a formação técnica.

Muitas críticas foram realizadas a essa Reforma, sendo a principal delas a gênese de um possível desestímulo sistemático ao acesso ao ensino superior, o que seria um retrocesso na educação brasileira, considerando a expansão das vagas nas universidades desde a década de 2000. Com isso, os estudos acerca das políticas de acesso ao ensino superior são de extrema relevância para a formação educacional de qualidade no Brasil.

A compreensão das reformas estabelecidas para o ensino médio a partir de 2017 são evidenciadas pelos indicadores quantitativos apresentados pelo Censo Escolar, que é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica. Salienta-se que essa é a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que, em colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país, traça o cenário educacional brasileiro.

Segundo dados do Censo Escolar do INEP, em 2018, mais de 220 mil jovens não frequentaram as escolas, na sua maioria públicas, fato que representa 11,2% de evasão escolar. Esse fenômeno, já identificado como histórico no Brasil, ao longo dos anos foi a mais forte justificativa para a elaboração de novas diretrizes para essa etapa da educação básica.

Em vista disso, é necessário repensar o sentido e a função da escola, bem como enfrentar alguns desafios, dentre eles o estudo de uma política que promova de forma efetiva o acesso, o direito a uma educação de qualidade, bem como a permanência dos jovens de 15 a 17 anos nas escolas.

O Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2010) reconhece que a própria LDB, em seu art. 35, determina que o currículo do ensino médio deve promover: “a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura”. Nesse sentido, o planejamento curricular no ensino médio deve repensar as características da sociedade local e dos jovens do século XXI. Com isso, a articulação entre a educação básica e o ensino superior deve ser fortalecida por meio de ações que promovam essa integração.

O ensino médio ainda tem pela frente um longo debate a respeito de sua identidade, seu currículo e seus objetivos. O conceito curricular deve transcender apenas o traçado em uma “matriz curricular” e explicitar ações pedagógicas que abram espaço para extrapolar os muros da escola.

Ao considerar a necessidade iminente pela inserção dos jovens no mercado de trabalho, e analisando a situação de aumento das taxas de desemprego, a Reforma do Ensino Médio, reitere-se, estabelece critérios para formação tecnicista desses jovens. Tal ação tem gerado um grande conflito nos diálogos estabelecidos pelos pesquisadores educacionais, especialmente porque tal visão ratifica o aspecto imediatista da inserção no mercado de trabalho, porém, não forma profissionais com a visão crítica e intelectual nas atividades desenvolvidas.

Esse conflito não é novo, se considerarmos que já tivemos um ensino técnico fortalecido na nossa sociedade, não obstante, verifica-se que o acesso ao ensino superior gera nas pessoas que nele ingressam um empoderamento que antes lhe era negado, pois era visto como algo restrito às camadas mais favorecidas da sociedade.

Sabemos que o mercado de trabalho urge por uma mão de obra qualificada, entretanto, não se remunera de uma forma adequada aos egressos do ensino superior, pois o mundo capitalista visa ao lucro. A partir dessa constatação, estimula-se a formação tecnicista, em menor tempo, que é menos valorizada em termos financeiros, ganhando espaço nas questões relativas à empregabilidade e deixando à margem o profissional formado no ensino superior que também tem sua remuneração desqualificada a partir dessa competitividade.

Todos os aspectos citados conduzem a um repensar sobre a função do ensino médio e o acesso ao ensino superior. Trata-se de uma situação da atualidade que é um grande desafio a ser revisto, pois refletir sobre esses aspectos impacta diretamente na difusão do conhecimento científico, na inovação tecnológica tão imprescindíveis para o desenvolvimento do país. Segundo Saviani (2007), não podemos, apenas, formar operários, precisamos de uma massa crítica que promova o desenvolvimento social, econômico, cultural e científico do Estado brasileiro, para que possamos minimizar as desigualdades econômicas.

2.3 POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Ao iniciar um estudo sobre as políticas de acesso ao ensino superior é relevante destacar uma definição de políticas públicas, conforme compreendidas por Cunha (2006, p.56):

Políticas públicas envolvem um conjunto de programas, atividades e ações concebidas pelo Estado, com a participação de entidades privadas ou públicas tendo o intuito de garantir determinado direito de cidadania para algum seguimento social, étnico ou econômico.

Ao considerar a necessidade primordial de uma formação qualificada para o atendimento às demandas do mercado de trabalho, o governo brasileiro elaborou diversas políticas públicas educacionais, destacando-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei nº. 9.394/96), com o intuito de favorecer e ampliar o acesso ao ensino superior. Assim, amparados por essa legislação emergem Decretos, Portarias e Leis para corroborar com a inserção dos estudantes no mundo universitário.

Nesse contexto, podemos citar diversas matérias legais que abrangem a seara educacional brasileira destinada ao ensino superior, a saber: Lei nº. 13.478/2017, que altera a própria LDB, para estabelecer o direito de acesso aos profissionais do magistério a cursos de formação de professores, por meio de processo seletivo diferenciado; a Lei nº. 13.490/ 2017, que altera o art. 53 da LDB para dispor sobre doações às universidades; a Lei nº. 13.530/2017, que altera a Lei nº. 10.260/ 2001, passando a vigorar com as seguintes alterações o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Educação, destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC, de acordo com

regulamentação própria; a Lei nº. 13.535/2017, que altera o art. 25 da Lei nº. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), para garantir aos idosos a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior.

Todos os documentos legais acima citados são recentes e foram sancionadas pela Presidência da República, visando ao ingresso no ensino superior, bem como a aproximação das camadas mais populares a esse grau de ensino.

Salienta-se aqui o quão recente é a ampliação de vagas nas universidades brasileiras, pois, se de um lado havia uma demanda de mercado, não contávamos, entretanto, com universidades públicas suficientes para atender a essa demanda. Com isso, a iniciativa privada ganha um espaço substancial nesse cenário, o que estimulou as políticas de financiamentos estudantis.

Segundo Bourdieu (2002, p.34), “o Estado é o lugar de um poder reconhecido que tem, atrás dele, o consenso social, consenso atribuído a uma instância encarregada de definir o bem público, isto é, o que é bom para o público”. É nesta concepção que se baseiam as principais políticas públicas educacionais para ampliação de acesso e permanência no ensino superior, pois não basta conceder o acesso, mas se deve também gerar recursos para manter essas pessoas nas instituições de ensino superior. É necessário estimular os jovens do ensino médio a qualificarem seus conhecimentos por meio de competências e habilidades próprias de um saber científico. Assim, o Governo vem estabelecendo melhorias na elaboração de propostas curriculares para o ensino médio, ampliando os exames nacionais de avaliação, com o intuito de diminuir possíveis *déficits* de conhecimentos prévios para o acompanhamento dos conteúdos no ensino superior.

A partir do início do século XXI a demanda por cursos de graduação tem aumentado significativamente. Diante disso, os governos federal, estaduais e alguns municipais passaram a programar medidas para ampliação de vagas nesse setor. Foram criados programas populares para atender a demanda reprimida do país, numa retomada ocorrida durante os dois mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, quando foram criados programas de incentivo ao acesso e à permanência do estudante na universidade, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), que possibilita acesso ao ensino superior aos estudantes de escolas públicas em universidades credenciadas pelo MEC, com isenção de taxas de mensalidades; e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que prevê a expansão da oferta do ensino público e gratuito no

Brasil, além da ampliação de abrangência dos programas já existentes, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), financiado, desde 2010, pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE). Destaca-se, também, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que surgiu em 1998 como um programa representativo e democrático de seleção e admissão de estudantes do ensino médio para o ensino superior.

Todas essas metas foram estabelecidas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tendo como principal delas a ampliação do acesso e da permanência do estudante na educação superior. De fato, desde a criação do Reuni, se percebe uma forte retomada do crescimento do ensino superior público, favorecendo a expansão física, acadêmica e pedagógica das universidades federais.

Além dessas ações supracitadas, vale ressaltar as políticas implementadas na educação básica especificamente direcionadas ao ensino médio para estimular jovens a ingressarem no ensino superior. Destacamos aqui o incentivo às universidades a realizarem ações articuladas com a educação básica, com destaque para a criação do Programa de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) e do Programa de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (PIBIC Jr.), as quais aproximam os jovens do universo das universidades, estimulando-os a realizarem pesquisas. É bem verdade que o incentivo do Governo para essas medidas foi suspenso, principalmente nas Fundações de Amparo, por falta de recursos financeiros.

Para Santos (2011), se deve repensar, de forma enfática, o compromisso das universidades com as escolas de educação básica, públicas, considerando não apenas o acesso ao ensino superior, mas também a formação pedagógica para uma reforma universitária progressista e democrática a todas as camadas sociais de um país que possibilite a difusão de um conhecimento científico sistematizado.

Conforme Morosini e Franco (2000), o sistema de educação superior brasileiro, comparado com o da Europa e dos Estados Unidos, é algo recente. A primeira instituição formal de ensino superior brasileira teve origem no século XIX, mas seu desenvolvimento como organização universitária ocorreu apenas na década de 1930, vindo a se concretizar como instituição de pesquisa somente após a Reforma de 1968.

Vale destacar que a partir da criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1961, o movimento para se repensar as instituições de ensino superior reverberou em torno da sociedade brasileira, que necessitava de pesquisas robustas e científicas para possibilitar o desenvolvimento nacional. Foi em função da promulgação da Lei

nº. 5.540/1968, que alterava o planejamento pedagógico e administrativo das instituições de ensino superior, que a Reforma Universitária se tornou o primeiro movimento concreto do Governo para repensar o ensino superior e a sua função social.

Buscava-se com isso estabelecer uma nova visão da estrutura, organização e papel das universidades brasileiras, visando, a partir de então, à democratização do ensino, à ampliação da pesquisa e à formação das massas populares, como principais metas daquela Reforma.

Ao se analisar o percurso histórico recente das universidades brasileiras, constatamos que as políticas de acesso ao ensino superior e a equidade ainda são algo que necessita de um olhar mais atento, pois, apesar do aumento ao acesso, não conseguimos garantir a oferta do ensino gratuito para toda a população brasileira. É necessário ter clareza de que apenas os programas citados anteriormente, como políticas de acesso ao ensino superior, não são suficientes para garantir um acesso efetivo e de qualidade à sociedade mais carente.

São evidentes as pressões estabelecidas pelas instituições privadas sobre o Governo para favorecer o seu crescimento financeiro e mercadológico, tendo em vista a sociedade capitalista em que vivemos. Entretanto, temos que considerar a prioridade por um ensino gratuito, desenvolvido por meio de políticas públicas de incentivo e permanência na educação superior. É preciso considerar os cortes financeiros estabelecidos nas verbas destinadas às instituições públicas como marca dos privilégios destinados às instituições privadas em detrimento da expansão da rede pública de ensino superior, o que atrapalha a expansão da Universidade, a qual é firmemente pautada na democratização do acesso ao ensino.

Vale dizer que a EBMS, por estar amparada pela Fundação Bahiana para o Desenvolvimento das Ciências, sem fins lucrativos, estabelece políticas internas para o acesso ao ensino superior na instituição, cumprindo assim um papel que deveria ser do Estado.

É importante, nesse contexto de acesso ao ensino superior, apontar alguns exemplos de sucesso para estudar o acompanhamento destinado a esse grau de ensino. Para tanto, observemos a pesquisa realizada por Vivas (2015), que contempla o Observatório Regional do Estudante Universitário (OREU) criado por meio do Projeto “Tornar-se Universitário: do lugar, do sentido e do percurso do ensino médio e da educação superior”, que integra o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

aprovado no edital PROCAD / CAPES n.º 01/2007. Esse observatório esteve sob coordenação das professoras Dra. Betânia Leite Ramalho (UFRN) e pela Dra. Nádia Hage Fialho (UNEB).

A criação deste Observatório visa, em cada estado, ao levantamento de dados, sistematizando informações que possam subsidiar políticas públicas que possibilitem a democratização ao acesso tanto no ensino médio como nas universidades envolvidas no projeto. Tal ação foi realizada mediante o mapeamento de processos de acesso e permanência dos estudantes das redes públicas à educação superior. Os resultados dessas ações ainda não foram publicados, mas apontam caminhos para um modelo de gestão que contemple estudos mais amplos para uma universidade pública para todos.

Para melhor compreender a importância da articulação entre a educação básica e o ensino superior, precisaremos contemplar alguns aspectos relacionados ao Plano Nacional de Educação – PNE (2014 a 2024) e ao Plano Estadual de Educação do Estado da Bahia – PEE (2014 a 2024) que, vale esclarecer, são documentos similares com metas estabelecidas para a educação básica e para o ensino superior.

As metas criadas para ambos os Planos são similares, e na meta 12 é estabelecido o aumento do número de vagas no ensino superior em 50%, prevendo uma taxa líquida de 33% para o acesso de jovens de 18 a 24 anos. A meta 13, por sua vez, prevê, também, a qualificação na formação do corpo docente, que deverá ser composto por 75% de mestres e doutores, e desse total, 35% de doutores. Com isso, valoriza-se a formação científica dos estudantes que ingressarem nesse grau de ensino, tendo em vista a qualificação de professores pesquisadores para trabalhar nele.

Ao partir do princípio de que os Planos citados são importantes instrumentos de gestão, os quais impactam diretamente na realidade territorial de cada estado e do Brasil como um todo, visando ampliar a participação sociopolítica por uma educação pública gratuita e com qualidade, cada instituição deve traçar suas políticas institucionais para possibilitar o acesso ao ensino superior. Dessa maneira, verificamos que os Planos fazem parte das políticas públicas brasileiras destinadas ao favorecimento das camadas mais populares ao ingresso nos cursos de graduação.

2.4 O PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JR

O desenvolvimento científico é dinâmico e inter-relacionado com a sociedade, e com as exigências destinadas ao avanço da ciência, seja em qual âmbito que esteja inserido. Essas experiências em relação a tal desenvolvimento são possíveis em cada fase da evolução do saber.

Nessa direção, Oliveira (2017) destaca a importância da relação entre a atividade científica e o contexto social numa perspectiva crítica, bem como a necessidade da articulação das etapas do ensino com questões que envolvem o desenvolvimento científico e o desenvolvimento humano.

No Brasil, a iniciação científica está ligada ao desenvolvimento do ensino superior e da pesquisa e, na sua maioria, é realizada nas instituições federais e/ou estaduais. O seu financiamento ocorre com verbas votadas no orçamento da União. Nessa direção, o Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, por força do Decreto nº. 4.728 de 9 de junho de 2003, ratificou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), cujo intuito é apoiar a política desenvolvida nas Instituições de Ensino Superior e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação integrados nessas ações.

O Programa de Iniciação Científica voltado para jovens do ensino médio é uma proposta que visa aproximar a educação básica do ensino superior mediante o estímulo à realização de pesquisas científicas em todas as áreas do saber. Tem seu princípio estabelecido para fomentar nos jovens novos talentos para realizar ciência no nosso país. Conseqüentemente, acarreta o acesso ao ensino superior, pois são nessas instituições onde ocorre a maioria das pesquisas realizadas no Brasil. Assim, a EBMSF procura cumprir seu papel social e científico ao realizar a iniciação científica, ainda que não seja sua obrigação por estar no *status* de faculdade.

O Programa de Iniciação Científica (PIBIC) na EBMSF teve início no modelo da graduação, articulando os cursos dessa modalidade educacional. O PIBIC distribui bolsas para todos os cursos de graduação proporcionalmente ao número de alunos, fornecendo-as pela própria EBMSF, pelo Programa de Cotas de Bolsas de Iniciação Científica da FAPESB e do CNPq. São oferecidas 75 bolsas financiadas pela FAPESB (30 bolsas), CNPq (05 bolsas) e a própria instituição (40 bolsas). A seleção é

regularmente realizada por uma comissão constituída por docentes/doutores, baseada em critérios divulgados no edital de seleção (qualidade do projeto, histórico escolar e titulação do orientador) e sob a supervisão da Coordenação do Núcleo de Iniciação Científica e Tecnológica (NICTEC) da Bahiana e da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação Stricto Sensu.

A EBMSB é uma instituição de ensino vocacionada para a assistência social na área de saúde e educacional. Sempre atenta às demandas das políticas sociais e ao seu papel de incentivadora de pesquisas na área de saúde, desde 2010 promove o PIBIC Jr., financiado por meio da FAPESB.

No período supracitado, as bolsas eram distribuídas em função dos critérios estabelecidos em editais estaduais, com recursos financiados pelo governo do Estado da Bahia, tendo sido distribuídas 15 vagas para a instituição a cada ano. A partir de então, a instituição, por meio dos cursos de graduação, articulou o PIBIC e o PIBIC Jr., realizando pesquisas na área de saúde e aproximando os jovens do ensino médio ao universo do ensino superior.

Até 2011 a Bahiana participou dos editais da FAPESB, mas com a suspensão do recurso financeiro da referida Fundação de Amparo, deixou de ofertar as bolsas, embora tenha continuado seu processo de aproximação com as escolas públicas mediante a realização de atividades de extensão.

Salienta-se que a experiência realizada ao longo desses anos possibilitou reflexões acerca das políticas públicas de acesso ao ensino superior, bem como sobre a importância dessa atividade para o convívio dos estudantes do ensino médio com os discentes de graduação que já realizam pesquisas com seus professores orientadores. Vale esclarecer que as bolsas, inicialmente, foram alocadas no curso de graduação de Medicina. Os dados mais relevantes serão apontados no produto final desta pesquisa.

Ao longo desse período, ficou o desejo de manter o PIBIC Jr., mas a falta de recursos internos não permitiu a realização do programa. Por entender a importância da articulação da educação básica com o ensino superior e com a finalidade de estimular o acesso aos jovens de camadas sociais populares, em 2015 retomam-se as reflexões sobre a importância dessa atividade. Foi a partir desse momento que se elaborou um plano de ação articulado entre a Pós-Graduação Stricto Sensu e o Governo do Estado da Bahia, resultando na assinatura de um termo de cooperação, por meio do qual a EBMSB assume o custeio das bolsas para os estudantes da rede

pública do estado, mas estabelecendo os critérios para essa ação. Já com a *expertise* passada, verifica-se a necessidade de buscar jovens que estejam engajados em atividades de pesquisa, e foi nesse contexto que encontramos os Centros Juvenis de Ciência e Cultura (CJCC).

O intuito desses centros é ampliar o acesso dos jovens estudantes do ensino médio às temáticas contemporâneas, potencializando a compreensão de fatos, questões, invenções, avanços e conquistas científicas, sociais, culturais, artísticas e tecnológicas da humanidade.

Nesse contexto, também, não podemos deixar de contemplar as políticas públicas educacionais que, igualmente, estão associadas às metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação – PNE (2014 a 2024). Na meta 12, observa-se o seguinte enunciado:

[...] elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2014, meta 12).

É neste cenário que a EBMSP, sempre atenta às políticas sociais e educacionais, promove desde 2017 o PIBIC Jr., com financiamento próprio, promovendo a integração da pós-graduação com a educação básica por meio da iniciação científica.

2.5 A ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE HUMANA – LÓCUS DA PESQUISA

A Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSP) é uma instituição de ensino superior vocacionada para a área da saúde, criada pelo Decreto Federal n.º 32.495, publicado em 4 de abril de 1953, regendo-se pela legislação federal vigente, pelo estatuto de sua mantenedora e pelo seu regimento geral. É mantida pela Fundação Bahiana para Desenvolvimento das Ciências (FBDC), pessoa jurídica de direito privado de duração indeterminada, de fins não econômicos, de caráter educacional, cultural, científico e assistencial.

A FBDC, mantenedora da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, foi criada em 31 de março de 1952 por um grupo de 13 sócios-fundadores constituído por médicos, acadêmicos, religiosos e gestores públicos, com forte apoio da Santa

Casa de Misericórdia da Bahia, do então Secretário de Educação e da Saúde do Estado da Bahia e do Ministério da Educação e da Saúde, respondendo à necessidade social regional de formar mais médicos, já que havia uma só escola, com apenas 130 vagas disponíveis. A oportunidade surgiu com a saída, em 1948, da Faculdade de Medicina da Bahia (1ª Faculdade de Medicina do Brasil) do Hospital Santa Izabel, que funcionava como seu campo de prática, desde 1893, para um outro hospital, ficando, assim, disponível um espaço construído e equipado para a assistência e para o ensino, contando ainda com médicos e pessoal técnico já experiente na formação de novos profissionais.

Com mais de 65 anos, a EBMSP atua de forma efetiva na atividade educacional na área da saúde, oferece oito (8) cursos de graduação: Medicina, Fisioterapia, Odontologia, Biomedicina, Psicologia, Enfermagem, Educação Física e Informática em Saúde, um Mestrado e um Doutorado em Medicina e Saúde Humana, um Mestrado Profissional em Odontologia, um Mestrado em Tecnologia em Saúde, um Mestrado Profissional em Psicologia e Intervenções em Saúde e diversos cursos de especialização lato sensu, além de duas residências multidisciplinares e uma residência uniprofissional em bucomaxilofacial e outra na área de medicina.

A EBMSP cumpre com sua responsabilidade social, contribuindo para o desenvolvimento sociocultural e ambiental, buscando atender às demandas da sociedade, a partir de ações diferenciadas de ensino, pesquisa, inovação e extensão.

O desenvolvimento da pesquisa na Bahiana vem favorecendo os alunos de graduação e pós-graduação, a exemplo de programas como o PIBIC (CNPq, FAPESB e BAHIANA), a Mostra Científica e a biblioteca que, além de numeroso acervo, inclui o sistema de busca do Portal de Periódicos Capes.

Com corpo docente qualificado tanto técnica como humanamente, supervisão pedagógica e uma infraestrutura capaz de atender às demandas de processos de ensino-aprendizagem, a EBMSP é uma instituição bem estruturada para dar suporte e acompanhamento às múltiplas atividades acadêmicas dos alunos, professores e comunidade.

Do ponto de vista gerencial, a qualidade demanda uma organização funcional e administrativa estruturada convenientemente para o suporte e acompanhamento das múltiplas atividades acadêmicas dos mestrandos e doutorandos. A qualidade depende também de um sistema eficiente de comunicação que possibilite a coleta,

sistematização e divulgação das informações, para que haja a devida integração das ações em todos os níveis do programa.

Além disso, a instituição conta com diferentes modalidades de bolsas (FIES, iniciação científica, monitoria, mestrado, doutorado, programas de educação tutorial, PET/Saúde Redes, produtividade em pesquisa e de projetos isolados), para participação em eventos e em cursos de capacitação e na constante atualização da infraestrutura disponível; alunos, professores, funcionários e usuários dos serviços de saúde recebem oportunidades concretas para seu franco desenvolvimento.

O principal suporte para o ensino e a pesquisa são as atividades de extensão ligadas às práticas assistenciais e educativas, nas quais se realizam mais de mil atendimentos diários e são desenvolvidos projetos investigativos e programas diversos, tudo isto realizado por meio de uma rede composta pelo Centro Médico da Bahiana e pelo Centro Odontológico.

A instituição edita e publica, também, seis revistas científicas *online* de acesso livre para divulgação do conhecimento em saúde intra e extramuros, hospedadas em site próprio bilíngue.

A IES se responsabiliza pela popularização da ciência, transformando o conhecimento científico gerado por uma equipe de repórteres em textos para leigos, publicando-os no canal de saúde (iSaúde) pertencente ao Portal iBahia, da Rede Bahia de Telecomunicações. Nesse canal, a IES é responsável pela certificação dos conteúdos, garantindo a confiabilidade da informação em saúde que chega para a população em geral. Única IES particular participante dos laboratórios compartilhados do Parque Tecnológico da Bahia, integra-se com centros de excelência em pesquisa e desenvolvimento regionais, ampliando sua articulação com o setor produtivo no âmbito da inovação mediante seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

A comunidade acadêmica desfruta do acesso a importantes fontes e redes cooperativas de pesquisa, como a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) da Rede Nacional de Pesquisa (RNP). Integra a RNP Brasileira de Bibliotecas da Área e a Rede de Apoio à Educação Médica, além de possuir acesso ao Portal de Periódicos CAPES (local e remoto) e seu Centro de Tecnologias Educacionais (CEDETE).

Ao longo da sua história de existência, a EBMSMSP acumulou experiências e conhecimento que a conduziram até a sua reconhecida competência atual, no âmbito nacional e internacional, como formadora de profissionais de saúde com alta

capacidade técnica e científica, comprometidos socialmente com atitudes ética e humanística frente às necessidades de cuidado à saúde.

Em seu Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI), a EBMSP constrói metas e ações no âmbito da gestão que possam contribuir com o desenvolvimento das ciências da saúde por meio de investimentos concretos e efetivos para a manutenção e aperfeiçoamento da infraestrutura para desenvolvimento da pesquisa científica básica e aplicada na área.

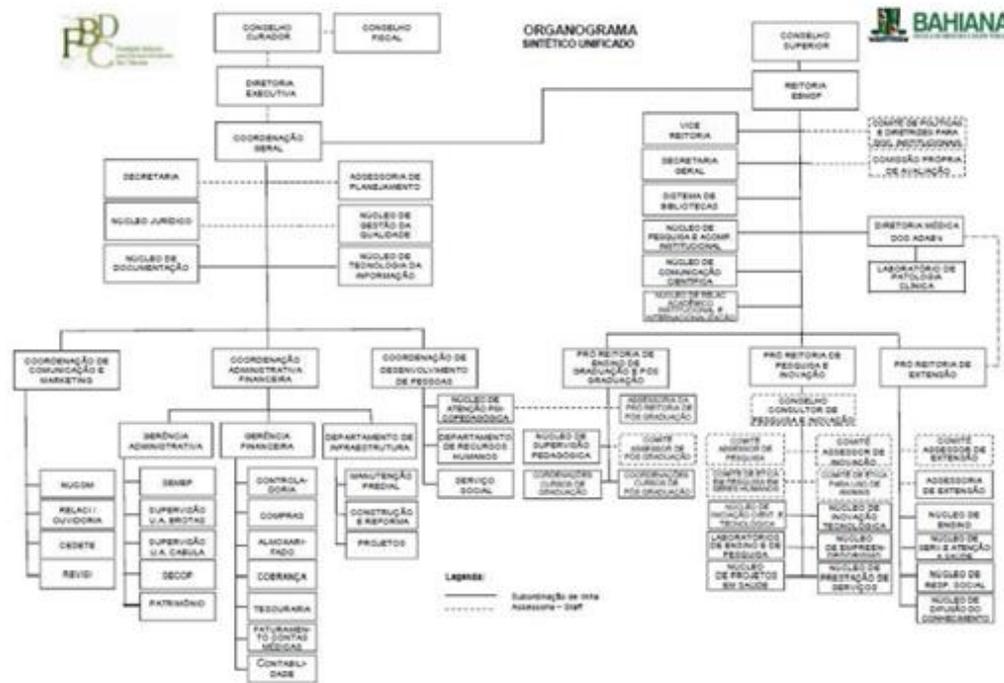
Desde a implantação dos cursos *stricto sensu*, a Bahiana vem contribuindo para ampliação da produção científica na área de saúde, possibilitando melhoria na qualidade no âmbito local e regional. Atualmente 35 são (trinta e cinco) grupos de pesquisa, os quais realizam estudos nas mais diversas áreas da saúde e estão inseridos nos programas de pós-graduação.

O desenvolvimento das ciências no âmbito da saúde é um dos principais focos da EBMSP, e o PIBIC Jr. tem o intuito de efetuar uma aproximação com a educação básica, mas também de estimular os jovens na escolha de profissões na área de saúde, bem como a iniciativa de novas pesquisas nesse campo. Assim, os oito jovens que atualmente participam dessa iniciativa farão parte dos dados desta pesquisa, além de apontarem novos caminhos para gestão dessa atividade, o que ficará mais bem detalhado no capítulo sobre a metodologia do estudo.

2.5.1 Lócus da Pesquisa

A integração dos programas de cursos *stricto sensu* com a graduação e a educação básica na EBMSP são desenvolvidas por meio de: 1) Programa de Iniciação Científica (PIBIC); 2) Programa de Iniciação Científica Júnior (PIBICJR), sendo este último foco deste estudo – o que ocorre por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* e do Núcleo de Iniciação Científica e Tecnológica (NICTEC), conforme pode ser visualizado na Figura 4.

Figura 4 – Organograma da Fundação Bahiana para o Desenvolvimento das Ciências e Organograma da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública.



Fonte: Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (2017).

O Núcleo de Iniciação Científica e Tecnológica é o setor responsável pelo gerenciamento das bolsas destinadas ao Programa de Iniciação Científica financiados pelo CNPq, FAPESB, Bahiana, aqui também contemplado o PIBIC Jr. Todos os anos são lançados editais para seleção de projetos destinados à iniciação científica.

As ações indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão são múltiplas, e nesse âmbito é importante contextualizar os programas *stricto sensu* ofertado na EBMS, quais sejam, Mestrado e Doutorado em Medicina e Saúde Humana, Mestrado Profissional em Odontologia e Mestrado em Tecnologias em Saúde, os quais assumem o PIBIC Jr. como forma de promover a articulação com a educação básica nas escolas públicas na cidade de Salvador. Esse programa foi criado em 2008, com a finalidade de estimular os jovens a realizarem pesquisas na área de saúde.

Na EBMS, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão está atrelada à área de saúde, por meio, também, de atividades assistências amparadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A Figura 5 representa graficamente como essas atividades convergem: **Ensino** – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e Pós-Graduação; **Extensão** – Pró-Reitoria de Extensão; e **Pesquisa** – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação e Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Entendemos que todas elas compõem a instituição e se dirigem para a produção de novos conhecimentos que visam promover

melhores condições de saúde no âmbito municipal, estadual, regional e ao longo de todo o território nacional.

Figura 5 – Articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão na EBMSP



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A Figura 5 evidencia a importância do campo de pesquisa, representado pelo Centro Médico e Odontológico, os quais atendem pelo SUS e pela via particular, articulando-se na tríade ensino (cursos de graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão.

Foi a partir dessas observações que constatamos o valor desta pesquisa e sua articulação com os critérios de avaliação da CAPES, bem como a forma como isso tinha uma inserção social de grande valor para a contemporaneidade.

Além dos motivos explicitados, entende-se que, no desejo de atender aos indicadores e com vistas a se atingirem conceitos mais elevados e conseguir reconhecimento nacional e internacional, os programas *stricto sensu* necessitam acompanhar sistematicamente os marcos regulatórios do Ministério da Educação, determinados pelos órgãos que envolvam o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação e que afetam a organização acadêmica de cada programa. Para isso, a gestão das instituições educacionais, das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP), do Fundo Nacional de Investimentos em Pesquisa (FINEP), do Conselho Nacional de

Educação (CNE), do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da própria CAPES, criam mecanismos dinâmicos para uma constante remodelação em um cenário contemporâneo para a promoção de novos conhecimentos. Vale ressaltar que as políticas de acesso ao ensino superior estão contempladas pela legislação educacional e a articulação com a educação básica é uma premissa básica para possibilitar o acesso aos jovens ao ensino superior.

3 METODOLOGIA

3.1 NATUREZA DA PESQUISA

Esta pesquisa realiza um estudo exploratório e documental amparado no paradigma da “pesquisa aplicada” acerca da execução política, organizacional e pedagógica do PIBIC Jr. no âmbito da EBMSp, tendo por base o problema estabelecido para este estudo: “Qual a organização político-administrativa e pedagógica do PIBIC Jr. executado no âmbito da EBMSp a partir de 2010?”. A partir desse contexto, organizamos o objetivo a ser alcançado: Elaborar diretrizes destinadas às diretrizes do plano de gestão de monitoramento do Programa de Iniciação Científica Júnior (PIBIC Jr.) realizado na Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (EBMSp).

De acordo com Gil (2002, p. 25),

A pesquisa aplicada, por sua vez, apresenta muitos pontos de contato com a pesquisa pura, pois depende de suas descobertas e se enriquece com o seu desenvolvimento; todavia, tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos. Sua preocupação está menos voltada para o desenvolvimento de teorias de valor universal que para a aplicação imediata numa realidade circunstancial. De modo geral é este o tipo de pesquisa a que mais se dedicam os psicólogos, sociólogos, economistas, assistentes sociais e outros pesquisadores sociais.

Em vista disso, o contexto da opção metodológica deste estudo parte do princípio de que, para um mestrado profissional, se buscam as articulações reais no contexto da pesquisa no seu campo social. Nesse sentido, o percurso metodológico proposto envolve a coleta de dados baseada nos referenciais teóricos e documentais. Isso é realizado por meio do estabelecimento das categorias de análises (Figura 6), que representam o desenho metodológico proposto. Outrossim, o objeto de estudo, o lócus da pesquisa, o problema elaborado e os objetivos traçados nos conduziram a estabelecer as seguintes categorias de análises: Política; Organizacional; Pedagógica. Tais categorias norteiam todo o processo metodológico da pesquisa e delimitam os aspectos relevantes a serem observados para a elaboração das diretrizes do Plano de Gestão do PIBIC Jr. na EBMSp.

Por se tratar de uma pesquisa eminentemente documental, todos os dados coletados foram devidamente autorizados pelo campo empírico da EBMSp, conforme documentos anexos a este relatório de pesquisa. Em consequência a isso, os acessos

às informações coletadas nos arquivos pesquisados foram categorizadas de 2010 a 2018.

Ao considerar a iniciação científica destinada os jovens do ensino médio, o presente trabalho busca identificar, por via da análise documental, possíveis contribuições das perspectivas políticas, organizacionais e pedagógicas destinadas ao processo de gestão do PIBIC Jr. na EBMSP.

Com o intuito de tornar possível a execução da pesquisa, dentro da EBMSP selecionaram-se os documentos a serem analisados relativos às categorias política, organizacional e pedagógica. Entendemos que, ao considerar os documentos encontrados na EBMSP e a categorização estabelecida, é possível elaborar um diagnóstico real do contexto no qual é executado o PIBIC Jr. na instituição.

Assim, na perspectiva da categoria “Política” são exploradas as subcategorias: acesso ao ensino superior; número de ingressos e egressos participantes do programa; perfil socioeconômico desses estudantes do ensino médio; acesso desses sujeitos ao ensino superior, tudo isso balizado pelo campo empírico da legislação educacional e sob a vertente da CAPES e órgãos que regulam a educação brasileira (Figura 6).

Já na categoria “Organizacional”, as subcategorias são: papel da instituição de ensino superior na organização do PIBIC Jr.; planejamento da seleção dos estudantes para participar do programa, bem como os registros acadêmicos e as assinaturas dos termos de outorgas para pagamentos das bolsas; normas e práticas envolvidas no cotidiano das atividades realizadas; órgãos governamentais ou não governamentais envolvidos nesse processo; avaliação dos trabalhos efetivados nos grupos de pesquisa, mediados pelos professores orientadores. O campo empírico nessa categoria é a EBMSP (Figura 6).

Na categoria “Pedagógica”, as subcategorias são: articulação entre o ensino, pesquisa e extensão; proposta curricular, na perspectiva dos grupos de pesquisas, vinculados aos cursos de doutorado e mestrados; práticas pedagógicas contempladas na vertente da contribuição dos conhecimentos adquiridos para os sujeitos envolvidos nesse processo, bem como a sua evidência nos Projetos Políticos Pedagógicos de cada curso; corpo docente participante do programa, como orientadores do PIBIC Jr. de cada curso envolvido, evidenciando titulação, tempo de trabalho como pesquisador e sua articulação com a iniciação científica; infraestrutura como mecanismo para identificar onde os participantes do PIBIC Jr. estão inseridos e de que forma esses

espaços contribuem ou não para a realização das pesquisas na instituição. O campo empírico é a EBMSP, lócus desta pesquisa (Figura 6).

3.2 ABORDAGEM

A abordagem metodológica mais adequada para esta pesquisa é a qualitativa, exploratória e descritiva, tendo em vista o caráter dos dados a serem investigados.

Segundo Gil (2002), deve-se buscar maior familiaridade com os dados averiguados, para que se possa ter um planejamento flexível que considera vários e diferentes aspectos, proporcionando uma maior e nova visão do estudo.

Para realização da presente pesquisa, e pela complexidade de fatores político, pedagógico, econômico e cultural, optou-se pelo método da bricolagem, que tem como origem o termo *bricolage*, do francês, que significa um trabalho manual que aproveita materiais diferentes. A partir dos estudos realizados pelo antropólogo Derrida (1971), o termo foi ressignificado na teoria literária, sendo entendido então como sinônimo de colagem de informações numa dada área de conhecimento. Um tempo depois, DeCerteau (1994) ampliou a definição de Derrida e afirmou que a bricolagem representar a união de vários elementos culturais que resultam em um novo saber.

De toda forma, de acordo com Kincheloe (2007, p.22):

Na bricolagem deve-se considerar e respeitar os diversos olhares e experiências que permeiam a sociedade multicultural contemporânea. O que se almeja é romper com o reducionismo, o parcelamento, a fragmentação e a neutralidade científica dos métodos positivistas, os quais legitimam as relações de poder desiguais.

Nesse método, não se busca descobrir verdades, pois a pretensão real é entender a construção do objeto pesquisado e questionar como a complexidade de fatores gerenciais produzem e reproduzem os estudos das ciências sociais e humanas. Não se valorizam os discursos hegemônicos, mas sim as teorias e conhecimentos na perspectiva do que são os artefatos culturais e linguísticos. Sob essa análise, a bricolagem reconhece a inseparabilidade entre objeto de pesquisa e o contexto e, conseqüentemente, a linguagem e suas relações de poder.

Para a escolha da bricolagem como método, se estabeleceram os seguintes critérios para realização deste estudo: pesquisa bibliográfica para fundamentação

teórica; pesquisa exploratória; pesquisa analítica/qualitativa; pesquisa descritiva; apresentação dos resultados; e elaboração das diretrizes do plano de gestão.

O primeiro momento para realização da pesquisa é exploratório e bibliográfico, essencial, pois na bricolagem são especificados critérios balizados pelos objetivos para a busca da literatura pertinente ao objeto de estudo, bem como a documentação necessária para subsidiar as premissas iniciais dos pesquisadores. Nesse sentido, foram mapeados em bases indexadas variados artigos, trabalhos acadêmicos (dissertações e teses) e textos referentes à legislação educacional destinada ao acesso ao ensino superior, à iniciação científica para o ensino médio, aos aspectos da gestão universitária e sobre o ensino médio propriamente dito. Tudo isso com o foco nos atores principais, os jovens participantes do programa, bem como o CJC, parceiro na seleção dos jovens, e a EBMSP, local do estudo realizado.

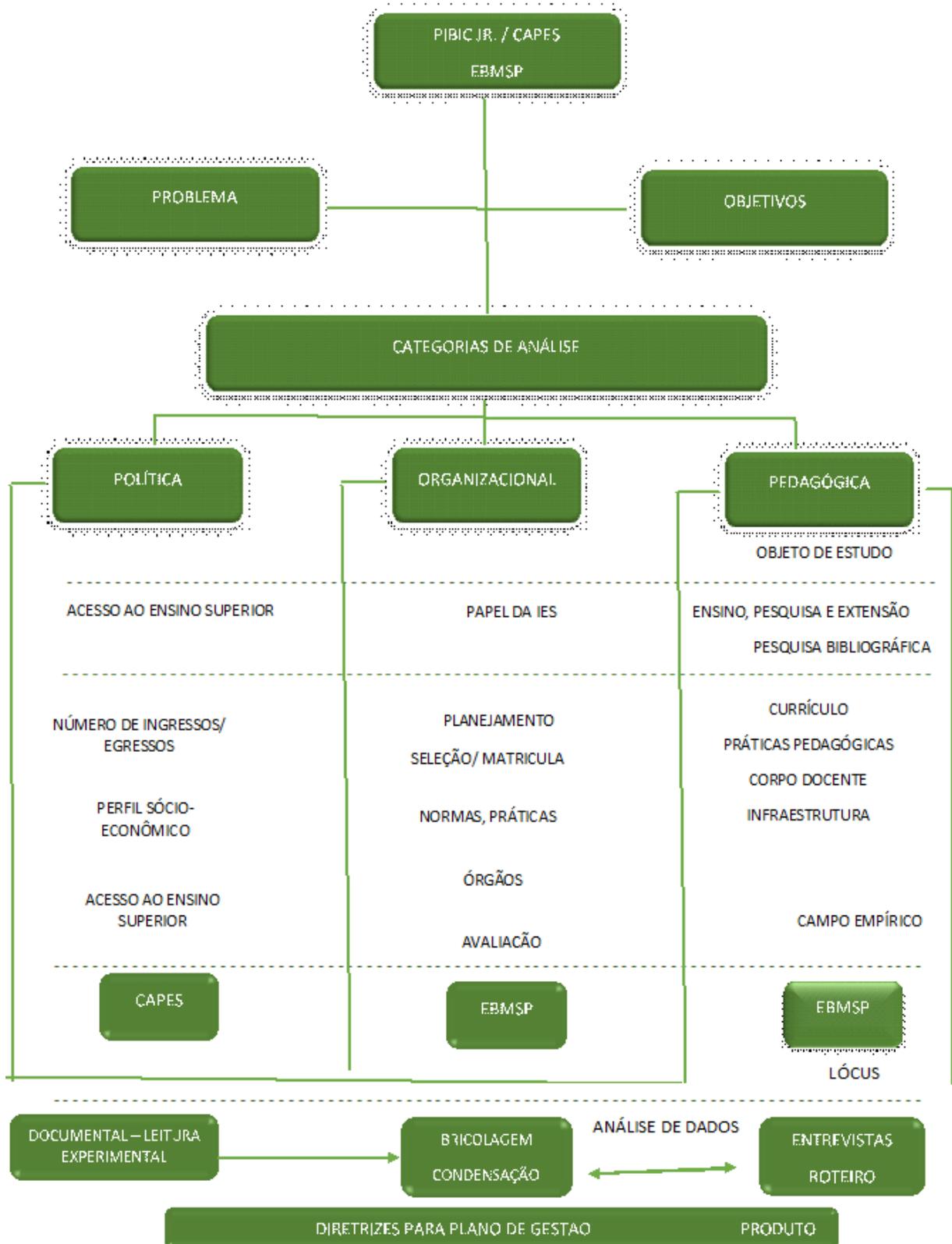
Por seu caráter descritivo e analítico/qualitativo, verifica-se nesse modelo de estudo o caráter dinâmico de mudanças constantes nos fenômenos educacionais, que fazem parte do contexto social, inseridos em um processo histórico e relevantes, que formam a cultura brasileira. A abordagem qualitativa favorece o diálogo crítico e aprofundado com a realidade dentro do seu contexto multivariado e presente na bricolagem. Aqui se permite chegar a variações múltiplas, baseadas nas evidências contidas nos documentos investigados.

A partir dos critérios acima descritos, representados na Figura 6, constata-se à luz da multirreferencialidade a diversidade de fatores que contribuem para um estudo empírico e exploratório dos fatores sociais, econômicos, culturais, pedagógicos e administrativos que influenciam diretamente na gestão dos processos que envolvem o PIBIC Jr. na EBMSP.

Sendo assim, a apresentação das categorias e subcategorias de análises dos dados empíricos e dos respectivos referenciais teóricos se constituem nas informações que fundamentam o produto final desta pesquisa com a elaboração das diretrizes do Plano de Gestão para o PIBIC Jr. na EBMSP.

3.3 DESENHO DO PERCURSO METODOLÓGICO

Figura 6 – Desenho Metodológico da Pesquisa



Fonte: Conceição (2013), com adaptações.

O percurso metodológico representado na Figura 6 estabelece os caminhos traçados para a coleta de dados. Para tanto, o lócus da pesquisa, a EBMSp e a realização do PIBIC Jr., são fundamentais para o mapeamento das informações compiladas, visando evidenciar a necessidade das diretrizes do plano de gestão para as ações destinadas a este programa.

A partir desse ponto, a fundamentação teórica que baliza a pesquisa e as referências bibliográficas sustentam a organização do trabalho proposto. Os autores identificados, atos legislativos, diretrizes da CAPES e artigos publicados em bases indexadas são fundamentais para manter a fidedignidade das informações.

Com isso, as categorias de análise, já apresentadas, norteiam o mapeamento tanto do ponto vista legislativo quanto organizacional, na perspectiva administrativa e pedagógica da EBMSp, bem como dos jovens envolvidos no PIBIC Jr. e o CJCC, que participa ativamente na mediação desses sujeitos no decorrer da realização do programa.

A coleta de dados foi estabelecida por meio do método da bricolagem, como forma heterogênea de lidar com as informações coletadas. Para tanto, trabalhamos a partir dos seguintes critérios: pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica; pesquisa exploratória; pesquisa analítica/qualitativa; pesquisa descritiva; apresentação dos resultados; elaboração do Plano de Gestão, tendo como base as categorias de análise descritas no desenho metodológico, tais como: Política (nos aspectos legislativos brasileiros, estaduais e institucionais), Organizacional (análise da estrutura da EBMSp para realização do PIBIC Jr.); Pedagógica (na articulação da missão universitária do ensino, pesquisa e extensão, apresentando currículo dos cursos e as práticas pedagógicas do corpo docente envolvido).

Na categoria política (Figura 6), a secretaria acadêmica, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e Pós-Graduação *Lato sensu* da EBMSp foram setores fundamentais para coleta dos registros acadêmicos, pois na perspectiva da análise da legislação vigente referente ao acesso ao ensino superior e à verificação das informações encontradas, alusivas ao número de estudantes do ensino médio que ingressaram no PIBIC Jr., bem como ao número de egressos, a ficha de inscrição, termos de outorga assinados, nos conduziram ao perfil socioeconômico desses jovens.

Todo o estudo documental na categoria supracitada visou ao cumprimento legal dos órgãos envolvidos no processo normativo da iniciação científica destinada a

estudantes do ensino médio, cuja verificação se deu em pesquisas nos sites do MEC, CNPq e CAPES. Neste último órgão governamental, foram pesquisados os documentos de áreas que norteiam as ofertas de cursos de mestrados e doutorados na área de saúde, tais como: documento da área 1 e 2 de Medicina, bem como documento de área de Odontologia, considerando aqui os programas ofertados na EBMSp.

Já na categoria Organizacional (Figura 6), a coleta de informações ocorreu primordialmente no campo empírico da EBMSp e na FAPESB, locais que subsidiaram todo o processo administrativo e que envolvem os setores jurídicos, acadêmicos, financeiros e recursos humanos relativos à administração do PIBIC Jr. Por se tratar de um programa que articula uma multirreferencialidade de setores, assim como o delineamento das ações organizacionais previstas para operacionalização de registros, pagamentos das bolsas, foi fundamental conhecer o fluxo administrativo de todos esses processos.

Quanto à categoria de análise Pedagógica (Figura 6), os documentos registrados pela Reitoria, pelas Pró-Reitorias de Ensino, Pós-Graduação, Pesquisa, Inovação, Extensão, pelo NICTEC, pela Secretaria de Pós-Graduação e pela CPA foram analisados na perspectiva da categoria do projeto político pedagógico da EBMSp, bem como do seu PDI, normas regimentais do PIBIC Jr., relatórios parciais e finais das propostas de pesquisa selecionadas.

A categorização dessas informações favorece a verificação e investigação de todos os documentos encontrados sobre os estudantes participantes nos anos anteriores para a identificação das fragilidades e potencialidades encontradas, colaborando para a elaboração do Plano de Gestão que norteará a administração do PIBIC Jr. na EBMSp.

Ratifica-se, aqui, que os aceites dos participantes deste estudo e responsáveis pelas informações coletadas foram previamente autorizados e sinalizados na descrição do percurso metodológico e nos documentos anexados a este relatório. Citamos o Anexo A – Carta de Anuência da EBMSp; Anexo B – Termo de Concessão de acesso aos documentos - EBMSp; e Anexo C – Termo de Cooperação firmado com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, que libera o direito de imagens e publicações de todos os envolvidos no processo. Desse modo, fica assegurado o direito de publicidade dos resultados encontrados, bem como a preservação dos princípios éticos da pesquisa documental descritiva.

4 RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados coletados durante a pesquisa foram analisados tendo por base o desenho metodológico (Figura 6) e delineados a partir das categorias de análise.

Constatamos que a EBMSp – mesmo sem ter uma normativa que a obrigasse a realizar o PIBIC Jr., bem como a necessidade de oferta de cursos *stricto sensu*, uma vez que está na categoria de “faculdade” no seu registro no MEC – é uma instituição atenta às demandas sociais, locais, regionais e nacionais de realização de pesquisas na área de saúde, buscando a promoção do bem-estar social.

Para melhor organizar a padronização dos resultados, estes serão apresentados nas categorias Política, Organizacional e Pedagógica conforme descritos nos itens: 4.1 Resultados obtidos sob a perspectiva da categoria Política; 4.2 Resultados obtidos sob a perspectiva da categoria Organizacional; e 4.3 Resultados obtidos sob a perspectiva da categoria Pedagógica, de maneira a explicitar significativamente os dados encontrados.

4.1 RESULTADOS OBTIDOS SOB A PERSPECTIVA DA CATEGORIA POLÍTICA

Para coletar os dados referentes à categoria Política foi necessária uma investigação nos arquivos antigos da EBMSp. Essa atividade foi um processo longo, por se tratar de dados antigos, porém foram encontrados os termos de cooperação estabelecidos entre a EBMSp e a FAPESB/CNPq desde 2010. Salienta-se que no período de 2010 a 2011 o financiamento das bolsas para o PIBIC Jr. era realizado por meio do termo de cooperação supracitado. O valor das bolsas à época eram de cem reais (R\$100,00) por participante.

Após 2011, as agências de fomento deixam de financiar as bolsas para o PIBIC Jr. Durante o período de 2012 a 2016, a EBMSp deixou de ofertar bolsas de iniciação científica para estudantes do ensino médio.

Vale salientar que a proposta do Governo era estabelecer a aproximação dos estudantes das escolas públicas com as pesquisas no âmbito do ensino superior e promover o acesso da camada social mais carente ao mundo acadêmico, o que aqui chamamos de “política de acesso ao ensino superior”.

Nos anos de 2010 e 2011 encontramos os editais para seleção: **“Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior Fapesb/CNPq/Escola**

Bahiana de Medicina e Saúde Pública/FBDC” (cf. Anexo A), com todos os critérios para participação do programa. Destacamos nesse sentido o objetivo do programa, que era “despertar vocação científica, através da participação de discentes da Rede Pública em atividades de pesquisa, incentivando talentos potenciais e proporcionando aos discentes a oportunidade de ampliar seus conhecimentos”.

Durante os anos de 2010 e 2011 a EBMSB, em parceria com a FAPESB, estabeleceu a organização das bolsas, as quais estavam vinculadas aos pesquisadores que trabalhavam nos cursos de graduação da instituição, processo este que estava sob a gestão da coordenação científica. Os projetos ficaram assim distribuídos, conforme Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – PIBIC Jr. 2010: Relação dos Projetos Programa IC – Júnior para Cotas da EBMSB/FAPESB/CNPQ – Vigência a partir de março de 2010

Nº. do pedido	Título do projeto	Curso Vinculado	Nº. de alunos
8312/2009	Salvador children – FDI	Graduação em Enfermagem	1
8309/2009	Salvador children – FDI	Graduação em Enfermagem	1
8313/2009	Aprendendo sobre o SUS no contexto da Escola	Graduação em Enfermagem	1
8274/2009	Levantamento das condições socioeconômicas e casos de violência associadas aos traumas faciais em Salvador-Bahia, 2009/2010	Graduação em Medicina	1
8280/2009	Análise epidemiológica do câncer bucal no hospital Aristides Maltez (HAM) –Salvador – Bahia	Graduação em Medicina	1
8285/2009	Análise epidemiológica do câncer bucal no hospital Aristides Maltez (HAM) –Salvador – Bahia	Graduação em Odontologia	1
8291/2009	Análise epidemiológica do câncer bucal no hospital Aristides Maltez (HAM) –Salvador – Bahia	Graduação em Odontologia	1
8275/2009	Levantamento das condições socioeconômicas e casos de violência associadas aos traumas faciais em Salvador-Bahia, 2009/2010	Graduação em Medicina	1
8264/2009	A Escola dentro da Universidade	Graduação em Medicina	1
8252/2009	A Escola dentro da Universidade	Graduação em Medicina	1
8258/2009	A Escola dentro da Universidade	Graduação em Medicina	1
8248/2009	A Escola dentro da Universidade	Graduação em Medicina	1
5/2010	Aprendendo sobre o SUS no contexto da escola	Graduação em Enfermagem	1

Tabela 1 - PIBIC Jr. 2010: Relação dos Projetos Programa IC – Júnior para Cotas da EBMS/FAPEB/CNPQ – Vigência a partir de março de 2010 (Continuação)

Nº. do pedido	Título do projeto	Curso Vinculado	Nº. de alunos
871/210	Etnobotânica – Identificação de plantas medicinais utilizadas em uma comunidade Quilombola	Graduação em Medicina	1
880/2010	Etnoparasitologia – Identificação de parasitas na prevenção de doenças em uma comunidade Quilombola	Graduação em Medicina	1
		Total de alunos	15

Fonte: Arquivos eletrônicos/EBMS, 2018.

Tabela 2 – Relação dos Projetos Programa IC-Júnior para Cotas da EBMS/FAPEB/CNPQ

Nº. do pedido	Título do projeto	Curso Vinculado	Nº. de alunos
6373/2011	Projeto de Extensão Universitária: A Escola Dentro da Universidade	Graduação em Medicina	1
6371/2011	Projeto de Extensão Universitária: A Escola Dentro da Universidade	Graduação em Medicina	1
6983/2011	Contracepção de Emergência: Atitudes de Adolescentes	Graduação em Enfermagem	1
6986/2011	Contracepção de Emergência: Atitudes de Adolescentes	Graduação em Enfermagem	1
6985/2011	Contracepção de Emergência: Atitudes de Adolescentes	Graduação em Enfermagem	1
6157/2011	Utilização de uso de Plantas Medicinais – Um enfoque em uma comunidade do Cabula	Graduação em Medicina	1
6153/2011	Utilização de uso de Plantas Medicinais – Um enfoque em uma comunidade do Cabula	Graduação em Medicina	1
7177/2011	Utilização de uso de Plantas Medicinais – Um enfoque em uma comunidade do Cabula	Graduação em Medicina	1
7214/2011	Câncer de boca no hospital de referência da Bahia	Graduação em Odontologia	1
		Total de alunos	9

Fonte: Arquivos eletrônicos/EBMS, 2018.

No hiato existente entre os anos de 2012 a 2016 para o PIBIC Jr., a EBMS continuou a realização da iniciação científica no âmbito dos cursos de graduação. No entanto, não foi verificado o acompanhamento dos egressos do PIBIC Jr., o que de

fato não possibilitou a verificação sobre se esses jovens ingressaram ou não no ensino superior. A ausência dessa informação foi considerada e, com isso, não foi possível verificar em que medida o programa cumpriu com sua meta para o acesso aos cursos ofertados nas IES.

Diante dessas observações, e a partir da criação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação *Stricto Sensu*, foram retomadas as reflexões sobre a relevância da articulação entre a educação básica e o universo científico. Em face disso, e diante da necessidade da inserção social dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, foi preciso consultar os documentos de áreas de Medicina 1 e 2, bem como Odontologia, elaborados pela CAPES, para fundamentar a análise dos resultados obtidos, considerando os programas ofertados na EBMSp.

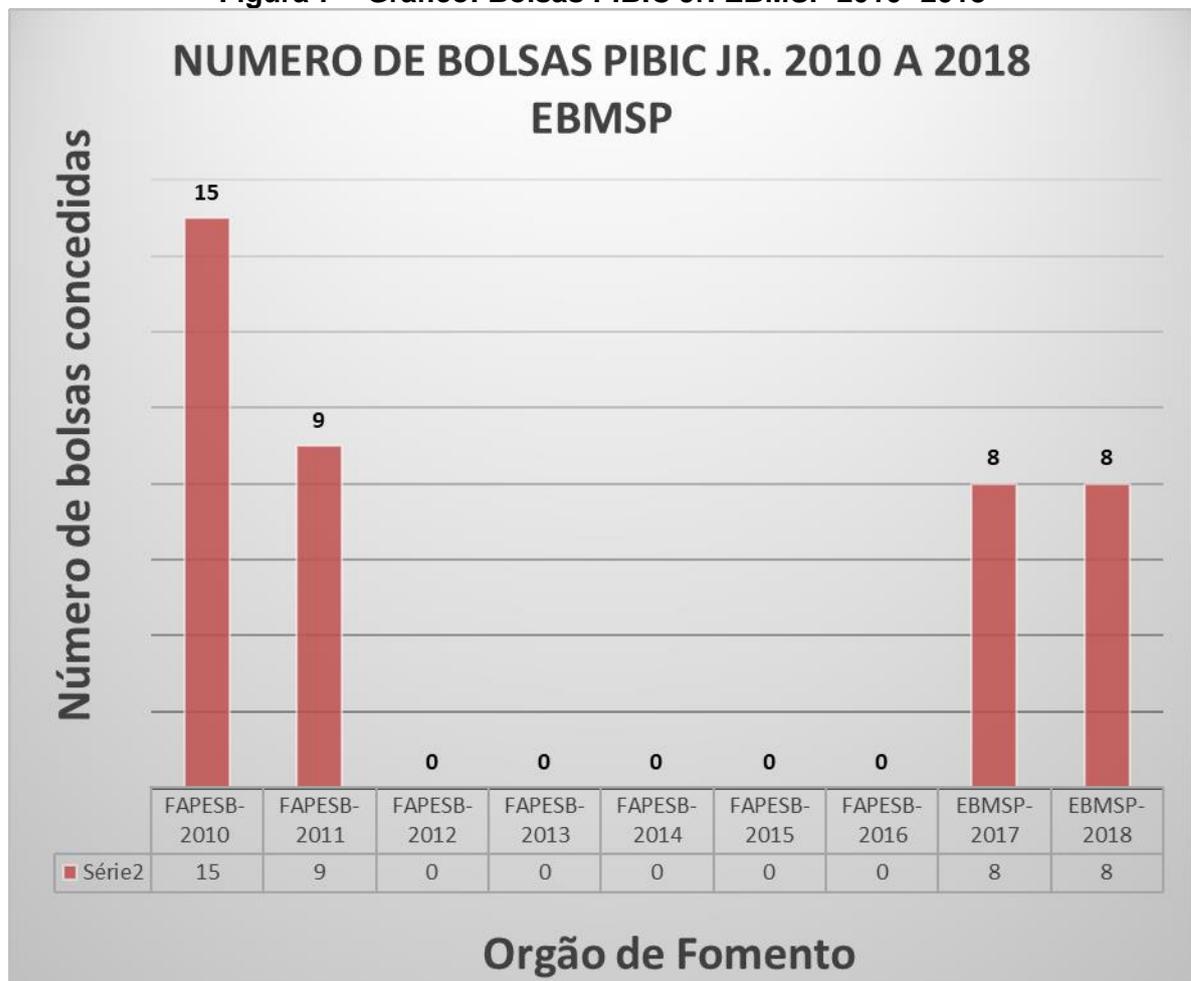
Nos três documentos de áreas, encontramos, nos itens relativos à inserção social, o seguinte indicador de qualidade dos programas: “Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino” (CAPES, 2016, p.15). Tal premissa foi fator fundamental para a realização da articulação do ensino superior e a educação básica na EBMSp, pois foi a partir de então que se vislumbrou uma nova configuração do PIBIC Jr. na instituição. Iniciaram-se assim os estudos sobre como se faria essa organização, tendo em vista que agora as bolsas seriam financiadas pela própria EBMSp. Nesse sentido, a EBMSp estabeleceu um termo de parceria com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, em 2016.

Assim, no final do ano de 2016, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* instituiu oficialmente o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior, com a participação dos jovens do Centro Juvenil de Ciência e Cultura do Estado da Bahia, em 2017. Neste mesmo ano foram concedidas 8 (oito) bolsas, e em 2018 mais 8 (oito) a jovens do ensino médio, regularmente matriculados em escolas públicas do estado da Bahia, os quais passaram a participar de projetos de pesquisa desenvolvidos no Mestrado e Doutorado de Medicina e Saúde Humana, que atualmente têm 04 (quatro) estudantes vinculados, 02 (dois) no mestrado e 02 (dois) no doutorado; além de 02 (dois) estudantes no mestrado profissional em Odontologia e outros 02 (dois) no mestrado de Tecnologias em Saúde.

Para exemplificar melhor as informações já expostas, elaboramos o Gráfico 1 (Figura 7), com o número total de bolsas já ofertadas pela EBMSp, desde que eram

fomentadas pela FAPESB em 2010 até 2018, quando passaram a ser pagas pela própria Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Verifica-se a estabilização do número de bolsas ofertadas desde o momento em que a própria instituição assume o pagamento das bolsas, tudo isso atrelado à integração com a pós-graduação stricto sensu. No primeiro ano de fomento ao PIBIC Jr. – EBSMP e FAPESB/ CNPq foram 15 (quinze) bolsas ofertadas, e em 2011 09 (nove) bolsas, todas destinadas a estudantes de escola pública.

Figura 7 – Gráfico: Bolsas PIBIC Jr. EBMSp 2010- 2018



Fonte: Arquivos eletrônicos/EBMSp, 2018.

O Gráfico acima (Figura 7) evidencia que a parceria FAPESB/CNPq financiou ao todo vinte e quatro (24) bolsas atreladas às pesquisas realizadas nos cursos de graduação e que totalizaram a participação de quatro jovens no período de 2010 a 2011; porém, após a suspensão desse pagamento, a EBMSp não realizou o programa no período entre 2012 e 2016.

Reiteramos, porém, que a necessidade de realizar tal proposta continuava latente na instituição, por se acreditar no seu papel social de contribuição para o acesso dos jovens ao ensino superior. A partir de tais evidências pode-se ver de forma significativa o número de bolsas financiadas pela EBMSp, que hoje totalizam 16 (dezesseis) concessões no período de 2017 a 2018 e com a iminência de aumento desse número para 2019.

Desde o início do PIBIC Jr. com bolsas da FAPESB e da EBMSp já foram ofertadas 40 (quarenta) participações de jovens em atividades científicas na área da saúde, o que de fato pode contribuir para a inserção desses adolescentes no universo acadêmico da pesquisa.

Desde 2017 os jovens participantes do PIBIC Jr. foram envolvidos em projetos de pesquisas de docentes que obrigatoriamente devem contar com a participação de alunos de graduação e pós-graduação. A operacionalização do PIBIC Jr. ocorre mediado pelo NICTEC e CJCC, e após serem aprovados no processo seletivo, os estudantes são convidados a participar do Seminário de Iniciação Científica Júnior, no qual são apresentados os projetos indicados e professores orientadores que conduzirão esses jovens no universo da pesquisa acadêmica na área de saúde.

Os jovens participam dessa integração e são orientados sobre os locais e dias em que realizarão as atividades da pesquisa. São assinados termos de outorga, com validação de seus representantes legais, assinalando-se também o recebimento de bolsa no valor de duzentos e cinquenta reais (R\$ 250,00). Especificaremos, no Quadro 3, a lista com os nomes dos estudantes/orientadores/projetos vinculados e cursos.

Ressalta-se o perfil socioeconômico dos estudantes contemplados com as bolsas destinadas ao PIBIC Jr.: todos são de origem da região periférica da cidade de Salvador, com renda mínima familiar de um salário mínimo. As bolsas recebidas servem para agregar as receitas de toda a família, o que pode ser evidenciado nas fichas de inscrições dos participantes do programa.

Essas informações são relevantes e indicam fatores primordiais para o fortalecimento da política de acesso ao ensino superior. No entanto, ainda não podemos quantificar a inserção desses jovens na universidade, pois os egressos dos anos de 2010 e 2011 não tiveram o devido acompanhamento. Os egressos de 2017 ainda estão cursando o terceiro ano do ensino médio e, portanto, não dispomos no momento de acesso a essa informação. No item referente ao resultado organizacional,

descreveremos como será realizado esse acompanhamento dos egressos a partir do financiamento direto da EBMSP.

Nas Tabelas 3 e 4 encontram-se os projetos vinculados, os cursos stricto sensu aos quais pertencem e o número de jovens contemplados em cada projeto.

Tabela 3 – Projetos PIBIC Jr. – 2017

Projeto de pesquisa	Curso vinculado	Nº de alunos
Avaliação ortopédica funcional de pacientes com microcefalia relacionada ao vírus Zika	Mestrado Tecnologias em Saúde	1
Prevalência de mutações associadas a leucemia/linfoma de células t do adulto em pacientes infectados pelo HTLV-1	Mestrado Medicina e Saúde Humana	1
Avaliação da eficácia da fotobiomodulação laser e da ozonioterapia no tratamento da mucosite oral quimioinduzida em ratos	Mestrado Profissional em Odontologia	1
Esteróides anabólicos androgênicos: um estudo das repercussões metabólicas em praticantes de musculação	Mestrado Medicina e Saúde Humana	1
Associação entre anemia falciforme e a condição de saúde bucal em crianças e adolescentes	Doutorado em Medicina e Saúde Humana	1
Análise da situação de saúde em indivíduos portadores de fissuras labiopalatinas no estado da Bahia	Mestrado Profissional em Odontologia	1
Avaliação ortopédica funcional de pacientes com microcefalia relacionada ao vírus zika	Mestrado Tecnologias em Saúde	1
	Total de alunos	8

Fonte: Arquivos eletrônicos/EBMSP, 2018.

Tabela 4 – Projetos PIBIC Jr. – 2018

Projeto de pesquisa	Curso vinculado	Nº de alunos
Avaliação da Função Respiratória em Indivíduos com HTLV-1: Estudo Transversal	Mestrado Tecnologias em Saúde	1
Radiofrequência no tratamento da incontinência urinária pós-prostatectomia: ensaio clínico randomizado	Mestrado Medicina e Saúde Humana	1
Avaliação da coloração e dureza em restaurações de resina composta com diferentes fotoiniciadores	Mestrado Profissional em Odontologia	1

Tabela 4 - Projetos PIBIC Jr. – 2018 (Continuação)

Projeto de pesquisa	Curso vinculado	Nº de alunos
Satisfação contraceptiva entre usuárias do Sistema Único de Saúde	Mestrado Medicina e Saúde Humana	1
Avaliação da coloração e dureza em restaurações de resina composta com diferentes fotoiniciadores	Mestrado Profissional em Odontologia	1
Alterações no tronco, na força muscular respiratória e desempenho funcional em indivíduos após acidente vascular cerebral	Doutorado em Medicina e Saúde Humana	1
Ação de compostos de N-acil-hidrazonas sobre o HTLV-1	Doutorado em Medicina e Saúde Humana	1
Desenvolvimento do SOFTWARE para captura de dados do Microsoft Kinect para análise da mobilidade funcional	Mestrado Tecnologias em Saúde	1
	Total de alunos	8

Fonte: Arquivos eletrônicos/EBMSP, 2018.

Em relação à perspectiva política, ressaltamos apenas a necessidade do acompanhamento mais próximo do egresso, para verificação da efetividade do programa para o acesso ao ensino superior. No Plano de Gestão, tal premissa já está prevista, conforme será apresentado em capítulo subsequente.

4.2 RESULTADOS OBTIDOS SOB A PERSPECTIVA DA CATEGORIA ORGANIZACIONAL

Conforme o desenho metodológico estabelecido para a pesquisa, os resultados para a categoria organizacional envolvem o planejamento do programa, a seleção, registros acadêmicos, acompanhamento, normas e práticas, órgãos de fomento e avaliação do processo.

Para melhor exemplificar a gestão desse programa, delinearemos o percurso de forma cronológica e suas normativas a cada época. A partir dessa organização, citamos o PIBIC Jr. realizado em 2010 e 2011, quando era gerenciado pela Coordenação Científica da EBMSP e estava ligado diretamente à Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, a qual era responsável pela articulação entre a FAPESB/CNPq e a instituição. Para o processo seletivo era elaborado edital para avaliação dos projetos submetidos e alunos do ensino médio. Durante a busca

documental, encontramos os arquivos com textos referentes a estes editais e com seus critérios para seleção, os quais citamos a seguir:

Número/Valor das Bolsas: concessão de 15 bolsas de Programa de Iniciação Científica Júnior, em 2010 e 2011, sendo que neste último ano ingressaram apenas nove jovens. Valor pago para os jovens participantes era de cem reais (R\$ 100,00), com recursos financeiros da FAPESB/ CNPq, pelo período de doze (12) meses, não podendo ultrapassar o tempo regular do curso de nível médio.

Os requisitos para a participação no programa estavam estabelecidos da seguinte forma: O candidato deveria estar regularmente matriculado no 1º ou 2º ano do ensino médio de escola pública e se dispor a participar das atividades de pesquisa desenvolvidas por professores qualificados; não possuir vínculo empregatício e/ou ser beneficiário; possuir frequência escolar igual ou superior a 80% (oitenta por cento); possuir cadastro de pesquisador FAPESB; apresentar histórico escolar.

Já para a participação do professor/orientador, os critérios estavam assim estabelecidos: ser professor vinculado à instituição EBMSP com carga horária mínima de 30 horas e possuir no mínimo o título de mestre ou perfil científico equivalente e demonstrar experiência em atividades de pesquisa, cultural, artística, ou em desenvolvimento tecnológico; integrar grupo de pesquisa e ser cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq; ter produção profissional divulgada em revistas especializadas, livros, capítulos de livros, anais de encontros científicos, exposições; possuir cadastro de pesquisador na FAPESB; possuir currículo atualizado na Plataforma Lattes.

Para o processo seletivo, o planejamento e a organização ocorriam da seguinte forma: em primeiro lugar eram realizadas as inscrições na Secretaria Pedagógica da Unidade 01 da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública – Nazaré (Protocolo), com a necessidade de entrega dos seguintes documentos: histórico escolar do aluno; cópia do CPF e da RG; atestado de frequência da escola; formulário de inscrição preenchido pelo candidato; currículo do pesquisador/orientador cadastrado e atualizado na Plataforma Lattes; o jovem candidato à vaga no programa deveria procurar os professores/orientadores para vínculo aos projetos de pesquisa do orientador a fim de entregar o plano de trabalho do aluno a ser avaliado.

A seleção dos planos de trabalhos era realizada por uma comissão com, no mínimo, 03 (três) membros de diferentes áreas do conhecimento: Ciências da Vida, Ciências Exatas e da Terra e Ciências Humanas e Sociais. Seus membros tinham as

seguintes características: vínculo com instituição de ensino ou pesquisa; experiência em pesquisa; titulação mínima de doutor ou perfil equivalente; e currículo atualizado na Plataforma Lattes. Todo o processo seletivo era de responsabilidade da EBMSB e os resultados eram encaminhados para a FAPESB para assinaturas dos termos de outorgas. Vale salientar que não encontramos nos arquivos a quantidade de inscritos nos processos seletivos de 2010 e 2011.

A coordenação científica ficava responsável pela gestão dos processos acadêmicos desses estudantes e orientadores para elaboração de relatório parcial e final da pesquisa, que eram encaminhados aos órgãos de fomento. Como a atividade envolviam jovens, tudo era assinado em concordância com os responsáveis legais de cada adolescente aprovado no programa.

Os relatórios a serem enviados para FAPESB seguiam o modelo estabelecido pelo órgão de fomento e era obrigatória a sua entrega no sexto mês da participação na pesquisa e no final dos doze meses; toda a documentação era assinada pelo estudante, orientador e coordenador da comissão científica, o que representava os critérios de avaliação. Após a conclusão de todas as etapas, os estudantes com participação efetiva recebiam certificados, declarando finalização no PIBIC Jr. Verificamos nos arquivos encontrados que não existiram desistências, e todos os 24 (vinte e quatro) inscritos receberam sua certificação.

O processo organizacional do PIBIC Jr. já em 2017 e 2018 envolveu uma nova forma de gerenciamento das atividades que desenvolvem pesquisa. Nesse momento, todo o processo administrativo e acadêmico estava sob a gerência da EBMSB e da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, representados pelo CJCC de Salvador. A Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação *Stricto Sensu*, já com sua estrutura montada e com o Núcleo de Iniciação Científica e Tecnológica estabelecido, com seus fluxos de atividades e mapa de negócios elaborados, conforme arquivos encontrados, promoviam o acompanhamento do PIBIC Jr.

O processo de seleção, em sua integralidade, ocorreu da seguinte forma: os programas de pós-graduação selecionavam os projetos de pesquisa e professores que faziam parte do corpo docente dos cursos de mestrados e doutorado, com indicação realizada pela coordenação dos cursos, atendendo aos seguintes critérios: ser professor vinculado à instituição EBMSB com carga horária mínima de 40 horas; integrar grupo de pesquisa e ser cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do

CNPq; ter produção científica publicada em periódicos indexados segundo Qualis da CAPES; possuir currículo atualizado na Plataforma Lattes.

Já para a seleção dos estudantes, todo o processo seletivo aconteceu pelo CJCC, conforme os seguintes critérios: alunos com média escolar sete; estar regularmente matriculado na escola pública e participar das atividades interdisciplinares no CJCC de Salvador; estar cursando o primeiro ou segundo ano do ensino médio; ter frequência escolar superior a setenta e cinco por cento. A Coordenação Geral do CJCC se envolveu em todo o processo de seleção desses jovens, bem como o coordenador da unidade de Salvador e duas professoras selecionadas pelo coordenador da unidade citada. No ano de 2017, foram inscritos dezessete jovens, e em 2018 houve inscrições de doze adolescentes, mas apenas oito foram selecionados para cada ano citado, a partir dos critérios acima relacionados.

Após a seleção dos estudantes, aconteceu um seminário de integração entre professores dos programas de pós-graduação e jovens selecionados, com o objetivo de que os orientadores apresentassem seus projetos para os estudantes aprovados na seleção. Na ocasião, foi distribuída uma ficha por meio da qual esses estudantes indicavam as afinidades com as pesquisas apresentadas. Após isso, uma comissão formada pela coordenação do NICTEC e a coordenação e professores do CJCC analisaram as escolhas e, a partir do escore inicial dos estudantes na primeira etapa do processo seletivo, os alunos foram alocados nos projetos de pesquisa.

Para início das atividades nos grupos de pesquisa foi realizada a cerimônia de entrega de jalecos, com a participação da Reitora e Pró-Reitores da EBMS, coordenação do CJCC e presença de familiares. Este é o momento que entendemos como um rito de passagem, quando os jovens têm a dimensão das atividades desenvolvidas nos grupos de pesquisa na área da saúde e se sentem parte integrante da EBMS, constituindo a identidade institucional.

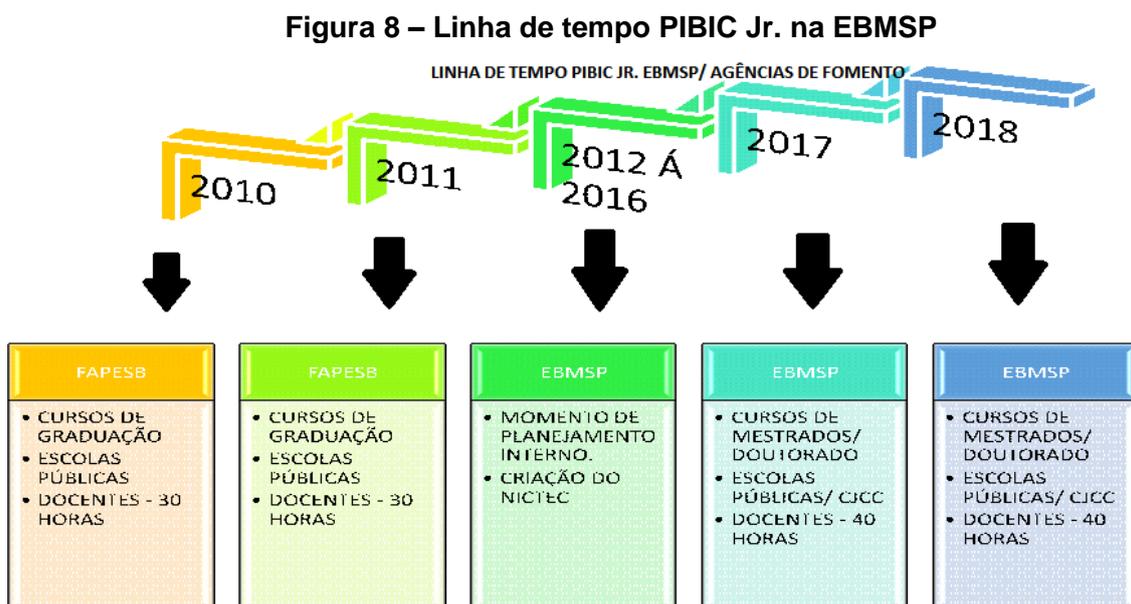
Os participantes desse programa recebem uma bolsa no valor de duzentos e cinquenta reais (R\$ 250,00) a ser paga durante os doze meses de inclusão no PIBIC Jr. Nesse processo devem dispor de oito horas semanais para atividades desenvolvidas nos projetos de pesquisas aos quais foram vinculados. Assinam termo de outorga elaborado pela EBMS, com o aceite do seu representante legal com mais de dezoito anos.

O processo de gestão como um todo envolve vários setores da IES, dentre eles o Setor Jurídico, que cuida dos aspectos legais da oferta do programa, bem como da elaboração dos termos de cooperação e termos de outorgas; Recursos Humanos, responsável pela guarda dos termos de outorga e solicitação de pagamento das bolsas ao Setor Financeiro, o qual efetiva o depósito bancário nas contas dos participantes do programa na EBMSp, além da secretaria de Pós-Graduação e o NICTEC, que fazem o gerenciamento das atividades e a guarda dos registros acadêmicos desses jovens. Essa complexidade gerencial foi encontrada no fluxo de atividades do NICTEC.

As normas são estabelecidas e os estudantes devem apresentar relatórios parciais no sexto e no último mês de vigência da bolsa, com as assinaturas validadas por seu professor orientador, critério este que envolve a avaliação de todo o processo na pesquisa.

Esse modelo gerencial também está descrito no mapa de negócios do NICTEC. Vale salientar que várias atividades de cunho pedagógico são realizadas, com o intuito de promover aprendizagens significativas para os estudantes envolvidos. No Plano de Gestão, produto final desta pesquisa, apresentaremos como se dará o acompanhamento do egresso.

Na Figura 8, a seguir, ilustra-se o incremento dos processos gerenciais do PIBIC Jr. desde que foi implantado na EBMSp, em 2010.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A Figura 8 representa a linha tempo da oferta do PIBIC Jr. na EBMSP e suas características organizacionais a cada período. Salienta-se que, mesmo no momento da ausência do programa, planejamentos estratégicos estavam em pauta para uma nova roupagem do PIBIC Jr. na instituição.

4.3 RESULTADOS OBTIDOS SOB A PERSPECTIVA PEDAGÓGICA

Na perspectiva pedagógica, os documentos encontrados envolvem a tríade do ensino, pesquisa e extensão. No caso aqui estudado, referem-se ao período da bolsa de pesquisa fomentada pela FAPESB (2010 e 2011), e a maioria dos arquivos descreve atividades relacionadas ao ensino e à pesquisa, considerando a articulação entre cursos de graduação e pesquisas realizadas. Mas isso não exclui as atividades extensionistas, tendo em vista que a própria atividade do PIBIC Jr. já rompe com muros da IES e alcança sua articulação com a educação básica.

O Programa de Iniciação Científica Júnior na EBMSP, como um todo, envolve a perspectiva do currículo interdisciplinar, tendo em vista que, ao realizar atividades de pesquisa, o sujeito estuda diversos conceitos presentes no universo científico. Nos arquivos encontrados na instituição, pode-se verificar que os estudantes envolvidos nos projetos de pesquisa desenvolvem várias habilidades, desde os estudos das referências bibliográficas, até a coleta de dados e entrevistas realizadas para análise e categorização das informações adquiridas durante o estudo na área de saúde.

Para realização das atividades nos grupos de pesquisa, os jovens contemplados com as bolsas desse programa participam de curso e oficinas para aprimorar seus conhecimentos e favorecer seu desenvolvimento nos trabalhos destinados à pesquisa. Dentre essas atividades, destacamos: oficina para preenchimento de currículo na Plataforma Lattes, oficina de produção de textos, oficina destinada às pesquisas em bases indexadas, além das atividades de extensão. Tais ações foram verificadas nos relatórios anuais do NICTEC referente aos jovens participantes do PIBIC Jr. de 2017 e 2018.

Além de todas essas atividades de cunho pedagógico, os jovens redigem relatórios parciais e finais das pesquisas realizadas, o que favorece o desenvolvimento de habilidades referentes às produções textuais. Após a conclusão do período de um ano no PIBIC Jr., os estudantes participam da Mostra Científica e Cultural da Bahiana, junto com toda a comunidade acadêmica, e apresentam na forma

oral, para uma banca de professores, os resultados compilados até o momento da pesquisa em que participaram. Este é um dos mecanismos de avaliação por meio do qual os melhores trabalhos são premiados, além de receberem certificados de participação no programa e na Mostra Científica.

Vale salientar que nos anos de 2010 e 2011 não foram encontrados registros de participação dos jovens em atividades citadas para os grupos de 2017 e 2018. Compreendemos que as atividades desenvolvidas nos grupos de pesquisa nos anos de 2010 e 2011, por si mesmas, já apresentavam uma vertente pedagógica, ao considerar que os adolescentes envolvidos nesse processo participavam ativamente das coletas de dados e registros das atividades realizadas, além da entrega dos relatórios parciais e finais para a FAPESB.

De fato, percebeu-se ao longo desse processo uma clara evolução de cunho acadêmico e administrativo das atividades desenvolvidas para o PIBIC Jr. nos anos de 2017 e 2018. A programação desse programa, atualmente na EBMSB, já apresenta características mais elaboradas e com planejamento delineado para estimular o acesso ao ensino superior e o desenvolvimento de futuros pesquisadores.

Mesmo diante da evolução acadêmica e administrativa do PIBIC Jr., a EBMSB reconhece nos seus planejamentos estratégicos que ainda existem desafios a serem superados. Dentre eles, citamos os mais eminentes enfrentados pelos docentes/orientadores dos estudantes da iniciação científica júnior e que envolvem a prática pedagógica com esses jovens, em função do público diversificado que compõe os grupos de pesquisas, nos quais podem ser encontrados estudantes de graduação, mestrandos e doutorandos, além de pesquisadores já renomados na área da saúde.

Os desafios citados foram constatados nos relatórios de pesquisa dos estudantes da iniciação científica júnior, mediante os registros dos pareceres dos orientadores. Os docentes descreveram a complexidade destinada à mediação do orientador a um público de características tão abrangentes, e para não desestimular esses jovens, foi fundamental o estabelecimento de estratégias para mobilizar a participação dos adolescentes durante o processo de pesquisa. Foi possível constatar que não existiu uma metodologia única adotada, e sim, que cada orientador, a partir de sua experiência, estabeleceu uma prática pedagógica diferenciada ao PIBIC Jr.

O perfil do corpo docente sempre foi um critério para participação no PIBIC Jr., tanto nos anos de 2010 e 2011 quanto nos anos de 2017 e 2018. Aqui fazemos referência aos editais dos processos seletivos, que sempre exigiam como critérios de

seleção a titulação em cursos stricto sensu e o perfil de pesquisadores ativos na instituição. Como já referido nos parágrafos anteriores, atualmente, apenas o corpo docente permanente dos programas de pós-graduação stricto sensu pode participar do PIBIC Jr., ação que está diretamente ligada aos documentos de área da CAPES para Medicina 1, 2, Odontologia e destinada à articulação entre a educação básica e os cursos de mestrados e doutorado ofertados na instituição.

Outra questão importante a ser registrada, que foi encontrada nos arquivos da EBMSp, é em relação ao bom uso da infraestrutura destinada à realização do PIBIC Jr. Os estudantes envolvidos no programa, de maneira integral, desfrutaram de todos os recursos fornecidos, bem como tiveram amplo acesso a laboratórios ambulatoriais e de informática, bibliotecas, salas de vídeo conferência e salas de aulas, o que sempre beneficiou a aprimoramento das pesquisas realizadas.

A averiguação mais relevante na perspectiva pedagógica, conforme os arquivos encontrados na EBMSp, foi a constatare preocupação com a aprendizagem dos sujeitos envolvidos, o que estava para além do acesso ao ensino superior, ao se considerar que o conhecimento adquirido jamais será perdido.

5 DIRETRIZES / PLANO DE GESTÃO DO PIBIC JR. – PRODUTO

Para chegar à elaboração do produto desta pesquisa, foi necessário percorrer um caminho de estudo documental da EBMSp. Verificou-se que a instituição já tem um planejamento estratégico bem elaborado e articulado com as normas do MEC/CAPES para a execução do PIBIC Jr. O que apresentamos nesse sentido são diretrizes, muitas delas já implantadas e outras em fase de implementação, mas ainda não aplicadas efetivamente, como o acompanhamento dos egressos do programa e a análise sobre de que modo tal ação contribuiu para o acesso ao ensino superior.

Assim, elaboramos um conjunto de Diretrizes para o Plano de Gestão da Iniciação Científica Júnior na EBMSp, conforme exposto a seguir:

Diretrizes para o Plano de Gestão da Iniciação Científica Júnior na EBMSp (Salvador – BA, 2019)	
▪ Objetivo	
	Sistematizar os princípios e as diretrizes gerais do PIBIC Jr. realizado na EBMSp e amparado nas normativas das políticas educacionais brasileiras, administrativas e pedagógicas, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a realização da iniciação científica júnior, tendo como foco os sujeitos e a articulação entre a educação básica e o ensino superior na perspectiva da Pós-Graduação Stricto Sensu.
▪ Dimensão Política	
	I – Revisão das referências normativas da legislação educacional no que tange à articulação entre a educação básica e ensino superior, elaborados pelo MEC e pela CAPES; II – Atendimento aos princípios e às finalidades das normativas, além do reconhecimento e da análise dos dados destinados ao acesso ao ensino superior dos participantes do PIBIC Jr.
▪ Dimensão Organizacional	
	I – Integração das atividades desenvolvidas pelos setores envolvidos na realização do PIBIC Jr.;

II – Realização da articulação entre CJCC e EBMSM destinada ao atendimento aos estudantes participantes do programa;

III – Preparação dos profissionais da educação, gestores, professores e técnicos, para atendimento aos jovens inseridos na iniciação científica júnior;

IV – Compatibilidade entre as atividades propostas nos projetos de pesquisa e a infraestrutura disponibilizada para o espaço formativo dos participantes do programa;

V – Realização de parceria com órgãos de fomento, tais como os de assistência social e desenvolvimento humano, visando à ampliação do número de bolsas ofertadas para o PIBIC Jr.;

VI – Planejamento estratégico para realização das atividades administrativas e acadêmicas destinadas ao PIBIC Jr.;

VII – Acompanhamento do egresso do programa para o estabelecimento de indicadores institucionais, objetivando verificar a sua contribuição ao acesso destinado ao ensino superior;

VIII – Fortalecimento das atividades desenvolvidas pela coordenação do NICTEC para realização do PIBIC Jr.;

IX – Emissão dos certificados de conclusão de PIBIC Jr., com acompanhamento dos respectivos relatórios de pesquisa, nos quais devem constar, obrigatória e explicitamente: informações do percurso parcial e final da pesquisa;

X – Orientação para estabelecimento do corpo docente permanente, constituído por profissionais advindos dos programas de pós-graduação stricto sensu, com carga horária de 40 horas na instituição, com Currículo Lattes atualizado e publicações em periódicos indexados.

▪ Dimensão Pedagógica

I – Foco nas atividades realizadas nos grupos de pesquisa, visando à aprendizagem significativa dos estudantes participantes do PIBIC Jr.;

II – Inter-relação entre organização do currículo destinado à iniciação científica júnior, no tocante ao trabalho pedagógico, e o papel do docente orientador, tendo como objetivo a aprendizagem do estudante;

III – Valorização das diferenças apresentadas pelos sujeitos do processo educativo realizado nos grupos de pesquisas;

IV – Realização de oficinas e atividades destinadas ao desenvolvimento de habilidades para favorecer a integração dos jovens no universo científico da área de saúde;

V – Planejamento para a apresentação dos estudantes em relação aos dados parciais dos projetos de pesquisas aos quais são integrantes na Mostra Científica e Cultural da EBMSP;

VI – Acompanhamento dos relatórios de pesquisa parciais e finais do estudante.

Essas Diretrizes serão apresentadas nas Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação Stricto Sensu para que possam ser aprovadas pelo Conselho Superior da EBMSP e concretizadas a partir da política de pesquisa da instituição.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecer relação entre os aspectos políticos, administrativos e pedagógicos destinados ao PIBIC Jr. e a Pós-Graduação Stricto Sensu da EBMSp foi algo complexo, tendo em vista o universo dos dados documentais encontrados e as características diferenciadas do ensino superior e da educação básica, esta última representada, aqui, pelo ensino médio.

Ao iniciar este percurso, tínhamos uma outra expectativa, que era a de encontrar os indicadores do PIBIC Jr. e, como consequência, promover o fortalecimento das suas ações para o acesso ao ensino superior dos estudantes participantes. A verificação dos arquivos encontrados na EBMSp, porém, deixaram evidente que essa informação ainda não tinha sido coletada pela instituição, uma vez que os dados dos antigos integrantes do PIBIC Jr. (2010 /2011) estavam defasados, e não nos foi possível conseguir o contato com integrantes do programa na época supracitada. Desse modo, optamos pela pesquisa documental, bibliográfica, e chegamos ao problema destinado a este estudo: “Qual a organização político-administrativa e pedagógica do PIBIC Jr. executado no âmbito da EBMSp a partir de 2010?”, considerando que tal questão nos conduziria à elaboração das diretrizes para o Plano de Gestão do PIBIC Jr.

Para percorrer o caminho destinado à realização deste estudo, foi de vital importância a opção metodológica da bricolagem, que envolve uma construção e reconstrução constante do objeto de estudo. Isso se traduziu na seleção dos documentos analisados na compreensão da multirreferencialidade das informações encontradas, principalmente nos anos de 2010 e 2011, período ao qual não havíamos vivenciado na condição de gestora da pós-graduação.

Os documentos encontrados apresentavam as informações da oferta do PIBIC Jr., mas não explicitavam como se dava a operacionalização do programa no âmbito da graduação. Assim, não foi possível identificar como se processava o planejamento pedagógico, organizacional e político, pois não foram encontrados os relatórios daquela época para descrever com precisão de dados. Efetuamos, por conta disso, a interpretação do termo de cooperação com a FAPESB, bem como dos editais que contemplavam critérios para a participação e os moldes gerais para execução e avaliação da participação dos jovens no PIBIC Jr.

Assim, verificamos que no período de 2010 e 2011, a gestão desses processos abrangia os aspectos operacionais destinados à aproximação com o fazer científico presente no ensino superior. No entanto, o fato que mais nos chamou a atenção foi que, mesmo sem a necessidade do cumprimento das atividades destinadas à pesquisa – haja vista que, na categoria de “faculdade” não é exigido pelo MEC o fazer científico –, a EBMSP sempre esteve atenta a sua missão em contribuir com as pesquisas na área de saúde e promoção do bem-estar social.

O perfil dos alunos, observado por meio da consulta às fichas cadastrais, era de jovens em sua totalidade oriundos de bairros carentes da cidade de Salvador, o que demonstrou a característica do programa em atender as camadas sociais mais desfavorecidas e proporcionar aproximação entre esses jovens e o universo acadêmico. Esta poderia ser, mesmo que de forma não intencional, naquele momento, uma efetiva política de estímulo ao acesso ao ensino superior, porém, não podemos sustentar tal afirmação de maneira categórica, em função da ausência de dados empíricos que comprovem isso.

O período sem a oferta do PIBIC Jr. e a reestruturação organizacional/acadêmica da EBMSP, com as divisões das pró-reitorias e a gestão dos processos relacionados à iniciação científica, sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação Stricto Sensu, possibilitou um processo de repensar sobre os aspectos administrativos, políticos e pedagógicos. A partir desse momento, a sistematização das atividades, a elaboração dos mapas de negócios e dos fluxos de atividades, bem como a criação do NICTEC foram fundamentais para uma melhor organização dos processos internos dos programas de iniciação científica.

E assim, em 2016, após um longo período de planejamento, e já fazendo parte da equipe de gestão da pós-graduação, resolvemos realizar novamente o PIBIC Jr., integrando as políticas de inserção social da CAPES. Os dados encontrados desde aquele ano até 2019 estão organizados de forma sistemática, e envolvem a complexidade das atividades administrativas, políticas e pedagógicas concernentes à gestão deste programa.

Os dados encontrados estão descritos em relatórios anuais da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação Stricto Sensu e apresentam as melhorias a serem implementadas no programa a partir da sua execução. Ressalta-se que o maior desafio será o acompanhamento do egresso que ocorrerá a partir de 2020, quando os

estudantes da primeira turma (2017/2018) finalizarão o terceiro ano do ensino médio. Para tanto, foi estabelecida a estratégia de manter a comunicação com esses jovens e enviar link de questionário eletrônico para que possam responder sobre sua participação no PIBIC Jr. e se, de alguma forma, esse programa estimulou o acesso ao ensino superior, se estão matriculados em cursos de graduação e, ainda, a relevante informação sobre a área do curso escolhido. Logicamente, esperamos que esses egressos optem pela inserção na área de saúde, o que seria, de pronto, algo bastante positivo para nossa iniciativa.

A elaboração das diretrizes para o Plano de Gestão do PIBIC Jr. foi balizada pelos dados encontrados nos arquivos na EBMSp. Acreditamos que a experiência realizada na instituição poderá promover iniciativas semelhantes em outras instituições de ensino superior.

A constatação extremamente positiva desta pesquisa foi que, embora a normativa política da CAPES, relativa à articulação com educação básica, não exija o PIBIC Jr. em instituições classificadas como “faculdades”, a EBMSp busca, mesmo assim, implantar ações diferenciadas para minimizar as desigualdades sociais e estabelecer a aproximação dos jovens carentes com o universo acadêmico.

Outrossim, consideramos que a participação dos jovens nos projetos desenvolvidos no CJCC é um grande diferencial no perfil desses adolescentes, pois no Centro Juvenil eles são estimulados a todo momento a participarem de projetos inovadores, o que amplia o desenvolvimento de habilidades investigativas e, conseqüentemente, favorece o ingresso no PIBIC Jr.

Reconhecemos aqui a limitação do objeto de estudo, considerando apenas o lócus da pesquisa, bem como os documentos encontrados. No entanto, abre-se o caminho para realização de novas pesquisas que envolvam a iniciação científica júnior em outras instituições, nas quais possamos considerar aspectos regionais e locais destinados às contribuições desse programa para as políticas de acesso ao ensino superior e ao fazer científico.

Enfim, o caminho percorrido nos conduz às incompletudes de processo vivenciado no âmbito do lócus de pesquisa, das incertezas do que ocorrerá na perspectiva das políticas de acesso ao ensino superior, porém, permanecemos convictos do papel social executado pela EBMSp nos seus aspectos políticos, organizacionais e pedagógico destinados ao PIBIC Jr.

REFERÊNCIAS

BERTOLIN, Júlio C. G. **Avaliação da qualidade do sistema de educação superior brasileiro em tempos de mercantilização – período 1994-2003**. Orientadora: Dra. Denise Balarine Carvalho Leite. 2007. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei Darcy Ribeiro**. LDB Nacional: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 11. ed. Brasília: Edições Câmara, 2015.

BRASIL. Censo Escolar/ INEP. **Boletim Censo Escola 2018: maio de 2018**. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/boletim-censo-escolar>. Acesso em junho 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº. 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p. 2, 18 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Lei do Sinaes; Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p. 3, 15 abr. 2004.

BRASIL. Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, Edição Extra, 26 jul. 2014.

BRASIL. Lei nº. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p.1, 17 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia. **Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília: CNE; CEB, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CONCEIÇÃO, Sérgio Henrique. **Educação Básica no Estado da Bahia: Financiamento, Oferta, Gestão Educacional e Controle Social no Âmbito do Conselho Estadual**. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nádia Hage Fialho. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Salvador, 2013.

CUNHA, Carla G. Soares da. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Porto Alegre: Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cad. Pesqui.** São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000200010>. Acesso em: 02 jan. 2018.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

DEMO, Pedro. **Educação e Qualidade**. 5 ed. Campinas/SP: Papyrus, 1994.

DERRIDA, Jacques. A Estrutura, o Signo e o Jogo no Discurso das Ciências Humanas. *In*: DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a Diferença**. Tradução Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1971. p. 229-249.

ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014-2018**. Salvador: EBMSp, 2014.

EYNG, Ana Maria; GISI, Maria Lourdes (Orgs.). **Políticas e Gestão da Educação Superior: Desafios e Perspectivas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

FALCÃO, Izolda R. **Onde mora o saber de cor?** Orientador: Prof. Dr. Roberto Sidnei Macêdo. 2002. 308 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

FIALHO, Nádia Hage. A dimensão espacial do modelo universitário. *In*: FIALHO, Nádia Hage. **Universidade multicampi**. Brasília: Plano Editora, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDEMBERG, José. O repensar da educação no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 65-137, ago. 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000200004. Acesso em: 02 jan. 2018.

KINCHELOE, Joe L. Redefinindo e interpretando o objeto de estudo. *In*: KINCHELOE, Joe L.; BERRY, Kathlenn S. **Pesquisa em Educação: conceituando a bricolagem**. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 101-122.

MARSHALL, J.; PETERS, M. Studies in educational policy at the end of the millennium. *In*: MARSHALL, J.; PETERS, M. (Eds.). **Education Policy**. Cheltenham: Edward Elgar, 1999. p. 14-29.

MENEZES, Luís Carlos de. O novo público e a nova natureza do ensino médio. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 201-208, maio-ago. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200008. Acesso em: 02 jan. 2018.

MESQUITA, Alberto. F. Palestra proferida no II Simpósio Multidisciplinar "**A Integração Universidade-Comunidade**", Mesa Redonda: "**O Princípio da Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão**". 1996, USJT. Disponível em: <http://www.ecientificocultural.com/ECC3/epe.htm>. Acesso em 20/05/2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de Área**. Área de Avaliação Medicina I. Brasília: Diretoria de Avaliação, 2017. Disponível em: www.capes.gov.br/images/documentos_de_area_2017/15MED_I_docarea_2016. Acesso em: 02 jan. 2018.

MOROSINI, Marília Costa; FRANCO, Maria Estela Dal Pai. **Políticas de educação superior no Brasil: fases, expansão e desafios de cooperação no âmbito nacional e internacional**. Campinas (SP): SBEC, 2000. Disponível em: <https://www.sbec.fe.unicamp.br/pf-sbec/eventos/eventos-realizados/construindo-a-identidade-latino-americana-2003/trab8.doc>. Acesso em: 02 jun. 2019.

NEIRA, Marcos Garcia; LIPPI, Bruno Gonçalves. Tecendo a Colcha de Retalhos: a bricolagem como alternativa para a pesquisa educacional. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 607-625, ago. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362012000200015>. Acesso em: 02 jan. 2019.

NOVAES, Ivan Luiz; PIMENTA, Lídia Boaventura. Planejamento e Avaliação: conexões entre o PDI, O Programa de Gestão Universitária e Avaliação Institucional no âmbito da Universidade do Estado da Bahia. **Revista Multidisciplinar Plurais**, Salvador, v. 3, n. 2, 2018.

OLIVEIRA, Fátima Peres Zago de. **Pactos e Impactos da Iniciação Científica na Formação dos Estudantes do Ensino Médio**. Orientador: Prof. Dr. Walter Antônio Bazzo. 2017. 343 f. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. Tendências da educação superior para o século XXI. FÓRUM CRU, 5., Paris, 1998. **Anais...** Paris: Unesco, 1999. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/tendencias_da_educacao_superior_para_o_seculo_xxi/. Acesso em: 23 maio 2018.

RABELO, Rafael Castro. **Entre a administração e a gestão universitária:** demarcação teórico-conceitual nas legislações e produções bibliográficas. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Beatriz Aparecida Zanatta. 2016. 146 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Goiânia, 2016.

RIBEIRO, Djeisson Silva; MACHADO, Lourdes Marelino. Teoria de Administração Escolar em Querino Ribeiro e Lourenço Filho: raízes e processos de constituição de modelos teóricos. **RBPAE**, Goiânia, v. 23, n. 1, 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19011>. Acesso em: 03 maio 2018.

SANDER, Benno. **Administração da Educação no Brasil:** genealogia do conhecimento. Brasília, DF: Liber Livro, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A questão do acesso na universidade do século XXI. **ADVIR**, Rio de Janeiro, n. 19, set. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI:** para reforma democrática emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas (SP): Autores Associados, 2007.

TAVARES, Mauro C. **Gestão Estratégica.** São Paulo. Atlas, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

VIVAS, Maria Izabel. Q. **Do ensino médio ao superior:** a trajetória dos egressos da Rede pública estadual nos Campi Universitários de Serrinha e Conceição do Coité da Uneb. Orientadora: Nádia Hage Fialho. 2015. 153 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.

ANEXOS

Anexo A – Carta de Anuência da EBMSP



Salvador, 10 de abril de 2017.

CARTA DE ANUÊNCIA

Ao
Programa de Pós-graduação em Gestão em Tecnologias Aplicadas à
Educação (GESTEC)
Nesta

Prezados Senhores,

Informo que a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação *Stricto Sensu* da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, instituição particular sem fins lucrativos, mantida pela Fundação Bahiana para Desenvolvimento das Ciências, está de acordo com a pesquisa realizada por Sílvia Cristina Passos no projeto: **Programa De Iniciação Científica Júnior Na Escola Bahiana De Medicina E Saúde Pública (EBMSP): Política De Acesso Ao Ensino Superior, Organização Político-Administrativa E Práticas Pedagógicas**. O qual será apresentado no Programa de Pós-graduação em Gestão em Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob a orientação do professor Dr. Sérgio Conceição (UNEB).

Atenciosamente,


Prof. Atson Carlos de Souza Fernandes
Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação *Stricto Sensu* da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública



Anexo B – Termo de Concessão de acesso aos documentos - EBMSp



Escola Bahiana de Medicina e Saúde Humana

TERMO DE CONCESSÃO

Autorizo o acesso aos documentos sob minha guarda para que sejam coletados os seguintes dados:

1. Plano de Desenvolvimento Institucional
2. Projeto Político Pedagógico
3. Termos de Outorgas de Bolsa de Iniciação Científica Júnior
4. Arquivos eletrônicos com dados dos estudantes participantes do **Programa De Iniciação Científica Júnior**

que serão utilizados na execução do projeto intitulado: **Programa De Iniciação Científica Júnior Na Escola Bahiana De Medicina E Saúde Pública (EBMSp): Política De Acesso Ao Ensino Superior, Organização Político-Administrativa E Práticas Pedagógicas**, sob a responsabilidade do pesquisador (a) **Sílvia Cristina Passos** com a finalidade científica e sem comprometer de nenhuma forma a integridade e a identidade dos participantes da pesquisa, conforme regulamenta a Resolução CNS 466/12.

Declaro estar ciente dos objetivos e benefícios do estudo e concordo com a coleta dos dados nesta unidade, exclusivamente para uso nesta pesquisa.

Salvador, 24 de julho de 2019

Assinatura e carimbo do
Funcionário que guarda a documentação



Anexo C – Termos de Cooperação EBMSP e Secretaria de Educação do Estado da Bahia



TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA E CULTURAL

75/1016

A **FUNDAÇÃO BAHIANA PARA DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS – FBDC**, mantenedora da **ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA - EBMSP**, entidade sem fins lucrativos, com sede na Av. D. João VI, 274, Brotas, Salvador, Bahia, CEP 40.285-001, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13927934/0001-15, doravante denominada **FBDC**, neste ato representada pela sua Coordenadora geral, Dra. **MARIA LUISA CARVALHO SOLIANI**, brasileira, viúva, médica, residente em Salvador, Bahia, e o **ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da **Secretaria da Educação**, CNPJ nº 13.937.065/0001-00, situada à 5ª Avenida Nº 550, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador, Bahia, Brasil, CEP: 41.745-004, neste ato representada pelo seu titular **Walter de Freitas Pinheiro**, autorizado pelo Decreto Simples, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, em 07 de junho de 2016, têm entre si justo e acordado o presente Termo de Cooperação Técnica-Científica e Cultural, sob o número de processo administrativo SIIG 0069353-8/2016, mediante as seguintes cláusulas e condições:

AFIRMAÇÃO DE PROPÓSITOS

As PARTES signatárias, por seus representantes legais e observados o princípio da boa-fé, o princípio de identidade e o princípio de razão suficiente, declaram constituir pressuposto básico e teleológico desta avença a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia, da cultura, da universalização dos serviços, da assistência social, do desenvolvimento científico e tecnológico, da promoção e conservação do patrimônio histórico e artístico, da educação, da preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, da experimentação de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito, dos estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas ou já existentes, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos, científicos e artísticos que digam respeito ao objeto social das instituições PARTES.





Para a consecução dos fins almejados, as PARTES comprometem-se a envidar esforços conjuntos para a execução direta de projetos, programas e planos de ações correlatas, por meio da utilização de recursos físicos, humanos e intelectuais, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações e órgãos do setor público ou privado que atuem em áreas afins, com estrita observância das cláusulas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

Constitui-se objeto deste TERMO a cooperação técnico-científica e cultural para a realização do pressuposto básico e teleológico ensejador deste instrumento, em todas as suas vertentes, contemplando ações de educação e promoção em saúde junto a estudantes e funcionários do Centro Juvenil de Ciência e Cultura - Central, desenvolvidas por professores, alunos e ligas acadêmicas dos diversos cursos da EBMS; parceria na troca de conhecimentos, elaboração de games, material didático, estratégias pedagógicas, tecnologias e inovações voltada para a formação integral dos jovens; participação em eventos acadêmicos, científicos e culturais da EBMS; participação dos estudantes do Centro Juvenil de Ciência e Cultura - Central no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Junior (PIBIC Junior), dentre outros.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente TERMO não envolve transferência de recursos financeiros entre os signatários. Cada um deverá arcar, mediante recursos próprios, com as despesas necessárias ao cumprimento das obrigações que lhes foram conferidas por este instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO E DENÚNCIA

O prazo deste TERMO é indeterminado, podendo ser denunciado, independentemente de prévia notificação, no caso de inadimplência ao disposto em qualquer de suas cláusulas ou por conveniência das partes, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, preservada, contudo, a obrigação das PARTES quanto ao cumprimento da integralidade das ações ou atividades em andamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO

Este TERMO poderá ser alterado, a qualquer tempo e em qualquer de suas cláusulas, mediante Aditivo ajustado entre os partícipes, de comum acordo.

CLÁUSULA QUINTA – DA DIVULGAÇÃO





BAHIANA
ESCOLA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA

Fica a critério das partes envolvidas neste instrumento a divulgação do TERMO DE COOPERAÇÃO em questão.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DECISÕES NULAS DE PLENO DIREITO

Será nula de pleno direito toda e qualquer medida ou decisão correlata com o presente instrumento e que vá de encontro ao disposto nos estatutos, regimento, normas e/ou decisões dos partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente ajuste serão resolvidos de comum acordo entre as PARTES, firmando, se necessário, Termos Aditivos supervenientes e que farão parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Justiça Comum de Salvador.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente TERMO em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas signatárias, para que se produzam os necessários efeitos jurídicos e legais.

Salvador, 05 de 12 de 2016.

Maria Luísa C. Soliani
Coordenadora Geral – FBDC

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

Testemunhas

CPF: 790.840.055-91

Testemunhas

CPF: 026.775.315-86

